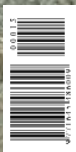


# Pedra & Cal

Revista do Grémio das Empresas de Conservação  
e Restauro do Património Arquitectónico

Ano IV - N.º 15 Julho/Agosto/Setembro 2002 - Publicação trimestral - Preço e 4,48 (IVA incluído)



## Arquitectura Militar

O código genético de Díli,  
por Francisco Sousa Lobo



# Tema de Capa:

## Arquitectura Militar

### Ficha Técnica

**Pedra  
& Cal**

Reconhecida pelo Ministério da Cultura como "publicação de manifesto interesse cultural", ao abrigo da Lei do Mecenato.

N.º15 - Julho/Agosto/Setembro 2002

#### Propriedade e edição:

GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico

Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.º

1050 - 170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

http://www.gecorpa.pt

E-mail: info@gecorpa.pt

Nipc: 503 980 820

**Director:** Vitor Córias e Silva

**Coordenação:** Leonor Silva

**Conselho redactorial:** João Appleton, João

Mascarenhas Mateus, José Aguiar, Teresa

Campos Coelho

**Secretariado:** Elsa Fonseca

**Colaboram neste número:**

Alexandra Abreu, António João Teixeira

Marques, Artur Correia da Silva, Clementino

Amaro, Francisco Sousa Lobo, João

Mascarenhas Mateus, João Mendes Ribeiro,

João Sousa Morais, José Lamas, José Lobo de

Carvalho, Miguel Soromenho, Nuno Teotónio

Pereira, Paula Araújo Silva, Paulo Aires, Paulo

Pereira, Pedro Bandeira, Rosa Bastos, Ribeiro

de Faria, Teresa de Campos Coelho e Vitor

Santos

**Design gráfico e produção:**

Loja da Imagem

Rua Poeta Bocage, n.º 13 - B

1600-581 Lisboa

Tel.: 210 109 100, Fax: 210 109 199

E-mail: geral@lojadaimagem.pt

**Publicidade:**

Loja da Imagem

Rua Poeta Bocage, n.º 13 - B

1600-581 Lisboa

Tel.: 210 109 100, Fax: 210 109 199

E-mail: geral@lojadaimagem.pt

**Impressão:** MLD Marketing Logística e Distribuição

**Distribuição:** Distribuidora Bertrand

Depósito legal: 128444/98

Registo na DGCS: 122548

Tiragem: 2000 exemplares

Periodicidade: Trimestral

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, pelo que as opiniões expressas podem não coincidir com as do GECORPA.

A **Pedra & Cal** agradece à Arq.ª Teresa de Campos Coelho o ter aceite coordenar este número e a todos aqueles que se prontificaram em colaborar. Ficam também os agradecimentos ao Eng.º Francisco Sousa Lobo pelo apoio prestado.

Capa



Foto de Eng.º Francisco Sousa Lobo

Centro Cultural de Díli

2

#### EDITORIAL

4

#### CASO DE ESTUDO

O conjunto fortificado de Valença do Minho

(Paula Araújo Silva)

8

#### CASO DE ESTUDO

Código genético de Díli

(Francisco Sousa Lobo)

10

#### CASO DE ESTUDO

Recuperação do Forte da Preguiça, na Ilha de S. Nicolau, República de Cabo Verde

(Clementino Amaro e Vitor Santos)

13

#### TECNOLOGIAS

Casa de Chá no Paço das Infantas

(João Mendes Ribeiro)

16

#### OPINIÃO

Manuel Pinto Vilalobos, da engenharia militar à arquitectura

(Miguel Soromenho)

18

#### OPINIÃO

Castelos e fortalezas: pequena reflexão (meramente) teórica

(Paulo Pereira)

20

#### OPINIÃO

Olivença, nobre, leal e notável terra portuguesa

(António João Teixeira Marques)

21

#### OPINIÃO

Concurso para o lugar de arquitecto das Ordens Militares no séc. XVIII

(Teresa de Campos Coelho)

26

#### ENTREVISTA

Eng.º Francisco Sousa Lobo

(Presidente da APAC)

29

#### OPINIÃO

Algumas notas sobre Luís Serrão Pimentel

(João Sousa Morais)

30

#### PROJECTOS & ESTALEIROS

Fotogrametria do troço de muralha do forte de S. Sebastião

(Paulo Aires)

31

#### PROJECTOS & ESTALEIROS

Valorização da cerca do castelo da Vila de Óbidos

(José Lamas)

32

#### PROJECTOS & ESTALEIROS

Recuperação das coberturas do Museu Condes de Castro Guimarães

(Artur Correia da Silva)

33

#### PROJECTOS & ESTALEIROS

Intervenção na Igreja de Santa Maria

(Rosa Bastos)

35

#### E-PEDRA E CAL

Castelos na Internet.

Um mundo por conquistar!

(José Lobo de Carvalho)

36

#### LÁ FORA

Malta, baluarte da Europa:

Desenho militar e fortificações

em Malta na Idade Moderna

(João Mascarenhas Mateus)

38

#### AS LEIS DO PATRIMÓNIO

Há edificar e edificar (...)

há proteger e restaurar

(Pedro Bandeira)

40

#### NOTÍCIAS

41

#### VIDA ASSOCIATIVA & AGENDA

43

#### ISTO TAMBÉM É PATRIMÓNIO

A máquina com que se suspendeu e tirou da cova de fundição a estátua equestre de D. José I

(Ribeiro de Faria)

45

#### LIVRARIA

48

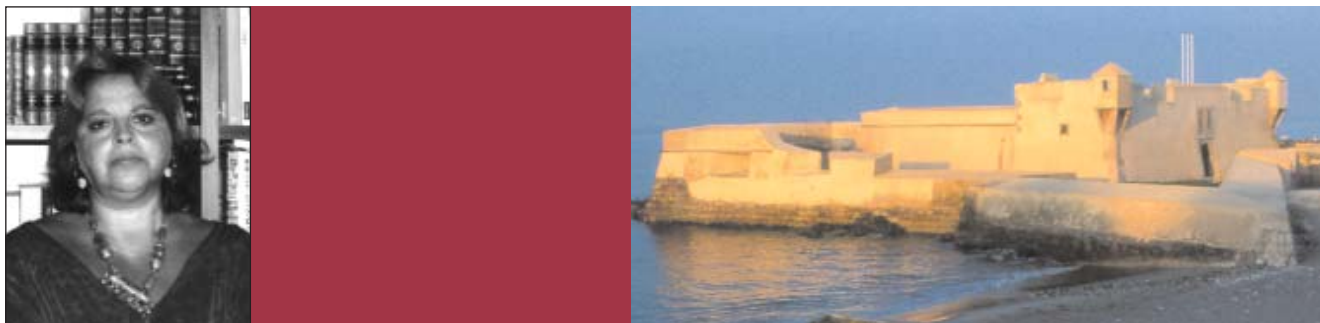
#### ASSOCIADOS GECORPA

52

#### PERSPECTIVAS

Património em perigo

(Nuno Teotónio Pereira)



## Arquitectura Militar

Desde a fundação da nacionalidade que a **arquitectura militar** teve um papel primordial, estabelecendo e defendendo limites territoriais, e assumindo-se como instrumento fundamental da expansão. Contagando, com os seus cânones e modelos, edifícios civis e religiosos, a Arquitectura Militar daria origem, nos séculos XVI e XVII, a um estilo arquitectónico nacional que, pelo seu rigor e desprovemento decorativo, viria a ser designado por "estilo chão".

Protagonistas de todo este processo, arquitectos e engenheiros militares passariam a ser responsáveis por uma notável actividade teórica e prática, aquém e além-mar. Para o provar basta citar, uma vez mais, a experiência pioneira que constituiu o prodigioso plano de reconstrução de Lisboa após o grande sismo de 1755, empreendido por homens, todos eles, de formação militar (para quando o tão desejado plano de preservação da Baixa Pombalina, pedido no encontro promovido pelo GECORPA em Novembro de 2001 ?).

Tal como aconteceu em edições anteriores, o exíguo número de páginas da revista obrigou a que fossem abordados apenas alguns aspectos relativos a este tema, deixando de fora um sem-número de exemplos e de intervenções, deste imenso património que urge preservar.

*Teresa de Campos Coelho*

# O conjunto fortificado de Valença do Minho



Praça de Valença, 1998.

A história deste local e deste aglomerado remonta ao tempo do Império Romano, em que era o local de passagem do rio Minho na estrada de Bracara a Lucus, onde provavelmente existiu um *oppidum*, e ganha importância quando Portugal se torna independente de Espanha e se encontra defronte a Tui, importante vila espanhola. D. Sancho I impulsiona a criação de uma povoação fortificada de nome Contrasta, assim denominada por oposição a Tui, tendo-lhe sido conferido foral por D. Afonso II, em 1212.

A fortificação foi reforçada no reinado de D. Afonso III, mudando o seu nome para Valença, topónimo prestigioso que a relacionava com valores guerreiros.

Nessa altura, a fortificação tinha uma dimensão de 300 por 70 metros, com um perímetro aproximado com a linha superior

da fortificação actual na sua parte norte, e terminando antes do Largo de S. João, onde na época passava o fosso. Durante o reinado de D. Dinis, por volta de 1300, a fortaleza que é chamada castelo, é profundamente remodelada, tendo novas remodelações nos reinados de D. Fernando e de D. João I. A partir de D. Manuel I, que repara a muralha no ano de 1502, o termo castelo é substituído pelo de fortaleza. Em 1506, quando Duarte D'Armas desenha as duas vistas da fortificação, as muralhas e torres aparecem com grandes estragos. Era então representada com uma forma ovalada que envolvia o burgo, com dois cubelos, um balcão virado a sul e outro ladeando a porta a norte. A barbacã, com alguns cubelos, tinha portas entre torres a norte, sul e este.

Hoje identificamos ainda um troço de barbacã a este com portal com as armas afonsi-

nas, e a porta da Gaviarra a norte, onde se identifica nitidamente que era ladeada por duas torres.

No século XVII, respondendo à necessidade de defesa contra Espanha, durante a Guerra da Restauração, inicia-se a construção de uma grande fortaleza, do tipo vauban com desenho barroco atribuído a Michel L'Ecole. Mais tarde chegou de França um corpo altamente profissional e competente de "Engenheiros do Rei", para orientarem a construção do sistema defensivo, um dos mais importantes da Europa de então, prolongando-se a construção durante o século XVIII.

A construção prolonga-se para o século XVIII, com a construção de elementos complementares do sistema defensivo.

A fortificação permanece com actividade militar até 1910, altura em que as tropas se retiram definitivamente para Lisboa, sendo classificada como Monumento Nacional por Decreto-lei de 14 de Março de 1927 e Zona Especial de Protecção desde 13 de Dezembro de 1958.

As muralhas de Valença e todo o núcleo urbano que fica no seu interior foram objecto de intervenções da DGEMN ao longo de décadas, havendo referências nos extensos arquivos na Direcção Regional desde 1936.

Essa grande obra culminou com a publicação do Boletim Monumentos n.º 115 em 1964. Nessa altura foram definidos os critérios e as reformas urbanas que poderiam introduzir maior qualidade arquitectónica e ambiental a todo o conjunto, sendo os projec-





*À esquerda nas duas fotos: Fortificações de Valença, 2000.*

*À direita nas duas fotos: Fortificações de Valença, 1999.*

tos de obras particulares informados no sentido de não prejudicarem a envolvente, com altura ou materiais desaconselhados à integração naquele núcleo histórico.

Foi também, e dentro do espírito de qualificação do interior da fortificação, construída uma pousada, por iniciativa da Direcção Geral. O projecto, de autoria do arquitecto João Andersen, pode ser entendido como um modelo referenciado à Carta de Veneza, com materiais miméticos da envolvente, mas com utilização de uma linguagem arquitectónica moderna.

Foi demolido, dentro do espírito da época, algum casario e construções militares "para desafogo da muralha", mas também e em simultâneo era desaconselhada a de-

molição de outros edifícios mais marcantes, nomeadamente, em 1946, o chamado Paiol Geral e o Hospital Militar.

Das obras executadas nessa intervenção, destacamos:

- remoção da vegetação que encobria todo o conjunto fortificado, de forma a permitir a identificação dos elementos construídos para posterior intervenção;
- conservação e consolidação dos paramentos da muralha e reconstituição dos que se encontravam arruinados incluindo a reconstituição da antiga porta medieval, das portas de entrada da fortificação, das guaritas, cortinas de bocas de fogo, dos revelins e baluartes;
- conservação, consolidação e beneficia-

ção dos paíóis do Açougue e do Campo de Marte e das casamatas junto da Porta da Coroada e do prédio militar n.º 1/21 e praça anexa;

- pavimentações diversas quer de arruamentos quer do acesso ao interior da fortificação.

Valença sofre hoje de uma desfiguração lamentável provocada pela forma como os estabelecimentos comerciais expõem os seus produtos. Como uma espécie de mercado suburbano onde as mercadorias são expostas pelas ombreiras dos vãos dos edifícios e pelo passeio até à rua, o que impede a leitura das fachadas dos edifícios, alguns de grande qualidade arquitectónica. Essa indisciplina generalizada impede também

a leitura arquitectónica dos enfiamentos das ruas.

Por outro lado, com o desenvolvimento de uma nova cidade mais para sul, em resultado da natural proibição de construção dentro de muralhas, não existem residentes, nem nada mais que atraia os visitantes que o comércio.

Para inverter a situação actual torna-se necessário fazer um grande trabalho que terá de incidir em diversas frentes que requalifiquem toda a vila murallhada.

Uma das frentes é sem dúvida a conservação e qualificação de toda a fortificação.

Outra será a criação de percursos, devidamente marcados com sinalética informativa e de orientação, que percorra os lugares mais marcantes da fortificação, e que motive os visitantes a nele participar.

Nesse percurso deverão existir, aproveitando edifícios militares, núcleos museológicos, de lazer ou outros que criem pontos de atracção e de interesse.

Para além da valorização do conjunto monumental e sua dinamização é fundamental que sejam criados incentivos para que o núcleo seja novamente habitado, para o edificado reencontrar uma vivência natural imprescindível à sua caracterização.

Será também necessário, em conjunto com os agentes dinamizadores locais, requalificar os espaços construídos e utilizados como estabelecimentos comerciais.

Num dos primeiros exercícios deste conjunto de medidas que terão necessariamente de ser tomadas, a Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Norte, fez obras no ano de 1998/1999, no Paio do Açogue.

Este pequeno edifício, característico das



*Em cima: Fortificação da Praça de Valença, 2001.*

*À direita: Fortificação da Praça de Valença. Conservação e consolidação do troço da Muralha entre o Baluarte de São José e Santa Ana.*




construções militares daquela época, com um único compartimento, com aproximadamente 50 metros quadrados, cuja função era guardar munições, poderá agora abrigar um núcleo museológico.

Outra obra realizada durante o ano de 1999 foi a beneficiação do Baluarte de S. João, situado defronte do paiol já referido que se encontrava bastante degradado, com troços derrocados e outros em vias de ruína. A intervenção tentou realizar uma operação "cuidada", que fez o restauro do restauro executado nos anos 40.

Como metodologia seguida, aproveitou-se depois de limpo e consolidado o máximo existente. Através da confecção de tijolo artesanal novo, com as características e dimensão do tijolo utilizado aquando do primeiro restauro, procedeu-se ao preenchimento das lacunas.

Posteriormente procedeu-se, dentro do mesmo espírito, à conservação dos baluartes de Santa Ana e de S. José e realizou-se a consolidação estrutural de um paramento de muralha entre estes baluartes, que se encontrava parcialmente derrocado.

Pretende-se continuar a desenvolver, através de metodologia idêntica, o restante da fortaleza de Valença, obra essa que irá continuar nos próximos anos.

O ponto fundamental será sem dúvida a conservação e beneficiação de todo o conjunto murallhado, mas também se prevê a elaboração de projectos para a Cadeia Velha, o Paio do Campo de Marte, a Fonte da Vila, bem como a organização de percursos que valorizem o baluarte da Gaviarra e o do Socorro ligando com o Revelim da Fonte da Vila. 

*Ficha Técnica das intervenções realizadas pela DREM desde 1999*

*Arquitectura:*

*Paula Araújo da Silva, Rosário Magalhães, João Ferreira e Gil Monte*

*Consolidação estrutural de paramentos da fortificação: Departamento de Estruturas da FEUP: Eng.º Aníbal Costa, António Arêde e Esmeralda Paupério*

*Electricidade – P. A. Gomes, Eng.º*  
*Fiscalização – Cecília Oliveira, Eng.ª*

**PAULA ARAÚJO SILVA,**  
**Arquitecta, DREM.**

# Código genético de Díli



*Forte de Díli, 1834.*

A actual capital de Timor Lorosae era, no século XVI, uma pequena aldeia, estabelecida entre os pântanos férteis e um mar rico em peixe, onde viviam os naturais em casas feitas de palapa. Talvez semelhante a muitas aldeias que ainda hoje povoam o país, ali se instalaram alguns portugueses a comerciar e fazer a sua vida, na sequência das missões dos dominicanos, que tentavam expandir a religião católica nessas paragens. Díli só começou a ganhar alguma importância nos finais do século XVIII, quando foram construídas, nessa estreita faixa de terreno à beira-mar, a primeira igreja, uma fortaleza incipiente, e outras casas da administração

portuguesa frente ao ancoradouro, em volta do terreiro de descarga dos navios. Este espaço público consolidou-se, à medida que o aglomerado se desenvolvia à sua volta, transformando-se em praça principal, berço da cidade, onde hoje se situa a sede do governo de Timor Lorosae. As casas em seu redor, de frágil construção, foram feitas, refeitas, desde a fase inicial de instalação da cidade, há mais de 200 anos, mudadas de localização diversas vezes, e transformadas em edifícios de alvenaria ou de estrutura de betão armado ao longo dos séculos XIX e XX. Por volta de 1870, no lado nascente da praça, a fortaleza deu lugar ao Quartel de Infanta-

ria. Chegou aos nossos dias em mau estado, devido ao incêndio de 1999, depois de uma vida atribulada, tendo sobrevivido às enormes destruições em Díli na fase final da II Guerra Mundial. É um edifício de arquitectura neoclássica, muito sóbrio e de grande dignidade. Feito em alvenaria de pedra muito diversa, rebocada com argamassa de cal e areia, é decorado com frisos e nervuras feitos em tijolo cozido, também revestidos com argamassa. Nas suas paredes há elementos em calcário, basalto, xisto e coral das mais variadas formas e dimensões. Essa grande profusão, uma espécie de "tout venant" levou-nos a concluir que as suas paredes foram construídas com a pedra da primitiva fortaleza, em alvenaria de pedra seca, construído ainda no século XVIII, e remodelado no século XIX. As fundações do quartel foram justapostas à segunda versão da fortaleza com mão de mestre, para que o esforço de construção fosse muito reduzido. Os percursos de transporte da pedra eram mínimos, porque a pedra desmontada na fortaleza podia ser reaplicada de imediato nas paredes do novo quartel.

Nesse edifício emblemático, o mais antigo de Díli está a nascer o Centro Cultural, o Uma Fukun, com financiamento do Banco Mundial, supervisão da UNESCO e projecto, oferecido pelo Governo Português, executado por uma equipa do GERTIL. A sua história está cheia de simbolismo e a localização é excepcional, junto do terreiro à volta do qual





nasceu a cidade. A evolução deste espaço público pode ser reconstituída passo a passo, devido aos desenhos existentes nos arquivos portugueses. O mais fascinante neste estudo reside no facto da dimensão e forma desta praça ter servido de matriz à cidade. Ela determinou o alinhamento das ruas e a dimensão dos quarteirões, na grande remodelação que foi feita por volta de 1840, consolidando o aglomerado que tinha começado a desenvolver-se 100 anos antes da construção do edifício onde hoje está a ser instalado o centro cultural.

Por não ter condições de defesa em Lifau, antiga capital na zona ocidental da ilha, o Governador António Telles de Menezes "tomou a desesperada resolução de abandonar a Praça" em 1769 e mudar a capital para Vemasse, na zona Leste, onde os chefes locais eram mais favoráveis aos portugueses. Aproveitando a presença do navio de Simão Vicente Rosa e ainda com o apoio de 18 pequenos barcos de que pôde dispor, fez-se ao mar em 11 de Agosto, depois de ter embarcado a artilharia e destruído parcialmente a fortaleza. Rumando a nascente, na direcção da província dos Bellos, fez-se acompanhar pela população de Lifau, cerca de 1200 pessoas. Depois de uma paragem em Batugadé, assentou ferro na baía de Díli a 10 de Outubro, em frente do pequeno aldeamento. Este fundeadouro nunca tinha atraído especialmente os portugueses. Devido às condições geográficas, o Governador tomou a decisão



*Trabalhos no edifício do Uma Fukun.*

de ali estabelecer a nova capital.

Pesavam as razões militares. A extrema debilidade dos portugueses só podia ser compensada com a escolha de um local defensável com uma força diminuta. Dispunha de muito poucos homens em condições de pegar em armas, europeus não seriam mais de 20. Era difícil encontrar sítio mais favorável. A cintura pantanosa a sul, formando um arco tangente ao sopé das montanhas que cercam Díli, protegia integralmente a frente terrestre. Os recifes de coral a meio, e de um e outro lado da baía formavam dois estreitos canais de acesso ao ancoradouro, que limitavam drasticamente a capacidade de manobra e aproximação dos navios inimigos, tornando muito fácil a defesa marítima. Os canhões dos navios holandeses não tinham alcance para bater a povoação a partir do exterior da baía, para lá dos recifes. Entrar nos canais de navegação era arriscado, porque com dois ou três canhões podia alvejar-se facilmente a partir de terra quem se aventurasse.

Foi edificada uma primeira fortaleza logo em

1769, a que se seguiu a construção de outras instalações. Essa primeira cidade no dizer de Afonso de Castro era "uma povoação edificada sem plano nem método, tendo em vez de ruas, veredas tortuosas abertas por entre um espesso palmar que sombreava inteiramente a povoação, não deixando circular o ar livremente. O terreno adjacente era baixo e alagadiço e os caminhos que conduziam às montanhas eram intransitáveis em tempo de chuvas". O primeiro desenho que se conhece de Díli, nessa primeira configuração da cidade, é a Perspectiva do Porto de Díli desenhada em 1834 pelo 1º Tenente Botelho da Armada Real. Pode ver-se em perspectiva rodeando a baía, a Fortaleza chamada Tranqueira, e próximo dela a Igreja Paroquial da Praça no topo Sul do terreiro de descarga do navio. A nascente deste espaço vê-se uma enorme árvore de Gondão, a que era costume amarrarem os navios. Do lado oposto ficava a Alfândega e a Feitoria do Navio da Viagem que fazia a ligação com Macau. Na direcção de Motael, onde já existia a Igreja na sua configuração inicial, vê-se o Quartel do Batalhão e a casa da Famigerada D. Esperança. O desenho é fascinante e é o mais importante documento que conhecemos para compreender como a cidade nasceu, condicionada pela Geografia Militar. Pedra & Cal

**FRANCISCO SOUSA LOBO, Engenheiro Militar e Presidente da APAC.**



# Recuperação do Forte da Preguiça, na Ilha de S. Nicolau, República de Cabo Verde



*Figura 1: Padrão assinalando a passagem de Pedro Álvares Cabral pela ilha de S. Nicolau.*

No sentido de ser perpetuada, num espaço dignificado e com memória, a passagem da esquadra de Pedro Álvares Cabral pela ilha de S. Nicolau, a caminho do Brasil, através da colocação de um padrão, realizaram-se trabalhos de recuperação e de consolidação do Forte da Preguiça, respectivamente em 1991 e 1992. Foi este o local pela segunda vez escolhido para a edificação de um monumento, agora de autoria do escultor João Cutileiro.

Esta intervenção realizou-se no âmbito do

protocolo assinado em 1990 entre a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP) e o Ministério da Informação, Cultura e Desportos da República de Cabo Verde, e contou, tecnicamente, com o apoio do então IPPC (actual IPPAR), que na altura procedia a trabalhos arqueológicos nas ruínas da sé da Cidade Velha (antiga Ribeira Grande), primeira capital de Cabo Verde, na ilha de Santiago.

A equipa responsável pela intervenção arqueológica integrou, para além

dos dois técnicos do então IPPC, o Dr. Carlos Carvalho, pela parte caboverdiana. O Forte da Preguiça foi construído em 1820 numa pequena plataforma delimitada por duas profundas ribeiras, a cerca de 50 metros acima do mar. O primitivo ancoradouro (Porto Velho) ficava na ribeira nascente, com uma pequena baía de fundo arenoso. A sua construção teve como missão essencial defender tanto o Porto Velho, a nascente, como o caminho e a pequena povoação, a poente. A guarnição

pertencia a uma Companhia de Ordenanças, segundo Senna Barcelos <sup>(1)</sup>.

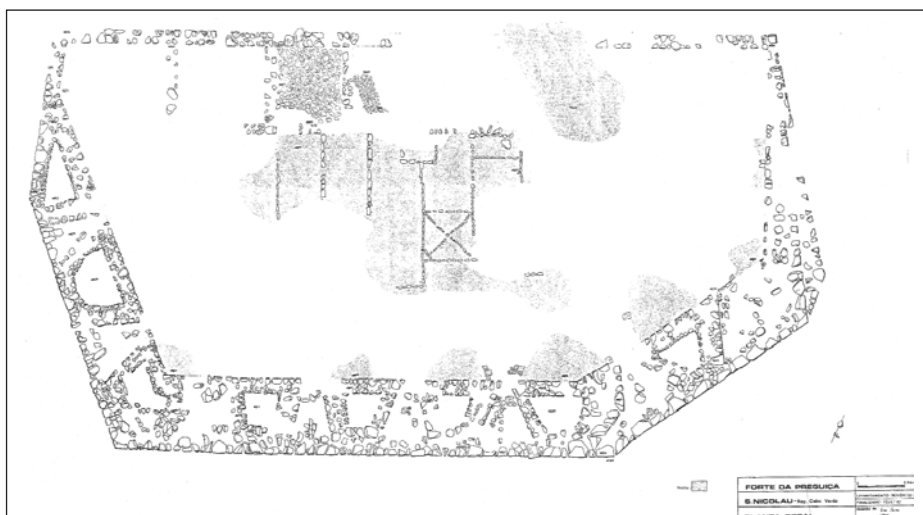
Refira-se que é uma constante o saque praticado por corsários estrangeiros em algumas ilhas do arquipélago ainda nas primeiras décadas do século XIX, realidade bem sentida pelas populações, autoridades locais e ricos comerciantes. Daí resulta a construção de fortificações em pontos estratégicos, como o caso presente ou o exemplo da construção do Forte do Duque de Bragança, situado num ilhéu fronteiro à povoação de Sal-Rei, na ilha da Boavista, para defesa do seu porto, resultante da excepcional importância comercial do sal aí explorado. Esta estrutura militar foi igualmente alvo de recuperação em 1994, e em acções posteriores, contando ainda com o apoio da CNCDP e da equipa do IPPC a intervir na Cidade Velha.

O cais da Preguiça, embora com reparações posteriores, terá sido construído na segunda metade do século XIX, e é, estruturalmente, semelhante ao cais de S. Januário, na cidade da Praia. A sua construção e o desenvolvimento da ilha poderão estar associados à intensa presença inglesa na ilha de S. Vicente, com marcas profundas na cidade do Mindelo, e também, em parte, em S. Nicolau. Era por aqui que passava até há poucos anos o maior volume de mercadorias nomeadamente para a vila da Ribeira Brava, principal povoação da ilha. Este papel cabe hoje ao mo-

dernizado porto do Tarrafal, (S. Nicolau). Nas primeiras décadas do século XX, o forte é votado ao abandono e o seu espaço foi ocupado por cinco ou seis famílias, segundo testemunho da população mais idosa, que aí constroem as suas casas,

tulhamento do espaço, camuflando os vestígios do forte, foi, na altura, tomada a decisão de construir uma estrutura sobre-elevada, semicircular, qual forte pos-tiço, para expor de forma organizada as oito peças de artilharia, em ferro, que ain-

va, em valorizar o património da Pregui-ça, povoação em declínio, devido agora ao pouco movimento do seu porto. Desta forma, a intervenção no local passou, num primeiro momento, pela desmonta-gem integral da estrutura construída nos



Figuras 2a e 2b (à esquerda): Zona das canhoneiras, junto à falésia; no início e após a intervenção.  
Figura 3 (em cima): Levantamento do forte da Preguiça, construído em 1820.

aproveitando para tal a pedra e as pare-des que se mantinham ainda de pé. Com a escolha do sítio nos anos 60, para a cons-trução de um monumento que simulta-neamente dignifique o espaço e preste ho-menagem à figura de Pedro Álvares Cabral, a propósito do V centenário do seu nascimento – em Belmonte, provavel-mente em 1467 –, as famílias que entre-tanto tinham ocupado o arruinado forte foram realojadas e o espaço desafectado de construções.

O local vai ficar marcado por três iniciati-vas quase simultâneas. Atendendo ao es-tado de ruína e, simultaneamente, de en-

da permaneciam no local.

Outra iniciativa passou pela construção do primeiro padrão, poucos metros a nas-cente do forte original, assinalando a pas-sagem do navegador ao largo da ilha de S. Nicolau (Fig. 1). Este monumento ainda hoje se encontra em bom estado de con-servação.

A terceira obra construída foi o edifício da escola primária, a cerca de 20 metros a norte da entrada do forte, dentro dos pa-drões previstos pelo Estado Novo para o território.

No início da década de 90 surge a iniciati-va, por parte do município da Ribeira Bra-

anos 60 e que, em parte, se sobrepõe ao forte. Para a realização desta tarefa, como a remoção das peças de artilharia, foi mo-bilizada uma retroescavadora. Liberto o terreno, procedeu-se à escavação e desa-terro do forte, em toda a sua área interior, bem como na sua envolvente, tendo co-mo referência o alinhamento dos muros, visíveis entre os derrubes, bem como ves-tígios de reboco aflorando no terreno.

A zona do forte, que se encontrava ainda com alguma leitura, limitava-se à área das canhoneiras junto à falésia, ou seja, o pa-no de muralha virado a sul, onde, após a intervenção, se revelaram troços de calça-



da e áreas revestidas por lajes, para suporte dos canhões, (Fig. 2b).

O comprimento máximo do forte é de 40,40 metros e de 21,50 metros de largura máxima. O muro que delimita o recinto pelo lado de terra tem 0,70 metros de es-

a poente, o porto e a estrada que seguia para a Ribeira Brava. A frente de mar dispunha de quatro peças de artilharia com a mesma capacidade de fogo (Fig. 5), apresentando algumas, para além das armas de Portugal, a data de fundição de 1791.

gem do padrão, do escultor João Cutileiro, constituído por três blocos de mármore.

A concretização desta campanha só foi possível graças a uma convergência de esforços e de vontades por parte de diferentes entidades e das pessoas que, local-



Figura 4: Trabalhos de preenchimento e de consolidação das paredes do forte.



Figura 5: Vista geral da estrutura militar após a conclusão dos trabalhos.

passura, e, originalmente, apresentava a porta de acesso a meio do mesmo. As casernas estão-lhe adossadas, das quais apenas resta o arranque das paredes e vestígios de pavimento feito com grandes seixos rolados (Fig. 3). O terreiro e as zonas intermédias das canhoneiras apresentam áreas preservadas de calçada, igualmente em seixo rolado, encontrando-se o centro do forte "marcado" por um motivo cruciforme. O terreiro foi aplanado através do enchimento do interior, sobre o qual foi construído o pavimento.

O pano de muro virado ao Porto Velho foi, em dado momento, reforçado e estava apetrechado com duas peças de artilharia. O mesmo número de peças defendia,

A construção militar apresenta aqui uma espessura média de 3,80 metros. Os vestígios do parapeito são pouco evidentes, devido ao grande aproveitamento da pedra. Entre a face interna e a externa do muro existem, espaçadas regularmente, zonas de enchimento de terra batida, com o fim de amortecer o efeito de choque dos projecteis (Fig. 2 e 3).

Já no ano de 1992 procedeu-se a uma curta campanha de conservação e restauro dos muros, com a integração de pedreiros locais, e usando-se a pedra do próprio forte, conferindo-se, deste modo, a solidez mínima necessária para a preservação da estrutura militar, ao ser agora eleito o seu canto Sul como o local adequado à monta-

mente, se envolveram com particular entusiasmo quer prestando informações quer disponibilizando instalações, transporte para o local, meios mecânicos, e, por fim, participando na integral recuperação do forte.

<sup>(1)</sup> "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné", Lisboa, vários anos.

CLEMENTINO AMARO e VÍTOR SANTOS, Técnicos do IPPAR.



*À esquerda: Esplanada da Casa de Chá.*

*Em cima: Pormenor do interior.*

# Casa de Chá no Paço das Infantas

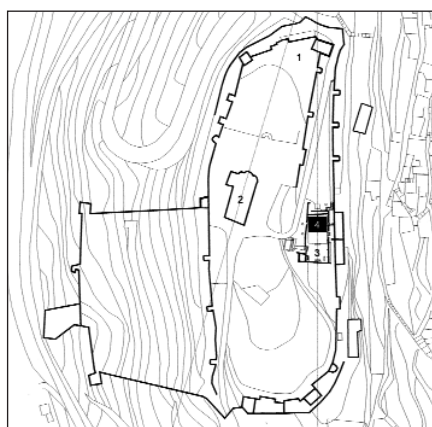
## 1 • CARÁCTER DO ESPAÇO

Supõe-se que a Alcáçova de Montemor-o-Velho tenha sido uma primeira implantação do séc. XII, sabe-se que foi alvo de disputa, no princípio do séc. XIII, entre D. Afonso II e as suas irmãs, D. Teresa, D. Sancha e D. Mafalda. Daí o epíteto que hoje o qualifica: Paço das Infantas.

A nossa proposta para a construção da Casa de Chá no espaço envolvente da ruína do Paço da Alcáçova, no Castelo de Montemor-o-Velho, decorre da análise e interpretação do monumento visando a clarificação da sua leitura histórica através da utilização contemporânea.

No entanto, dada a inexistência de estudos arqueológicos que forneçam com rigor dados relativos ao monumento, consideramos fundamentalmente as estruturas visíveis e alguns, escassos, registos documentais. Tentamos, assim, traduzir uma

leitura da ruína, que se pretende coerente e isenta quer de excessos afirmativos quer de fantasiosas especulações.



1. Castelo de Montemor-o-Velho.
2. Igreja de Santa Maria da Alcáçova.
3. Paço das Infantas.
4. Casa de Chá.
5. Montemor-o-Velho.

## 2 • OPÇÕES DE IMPLANTAÇÃO

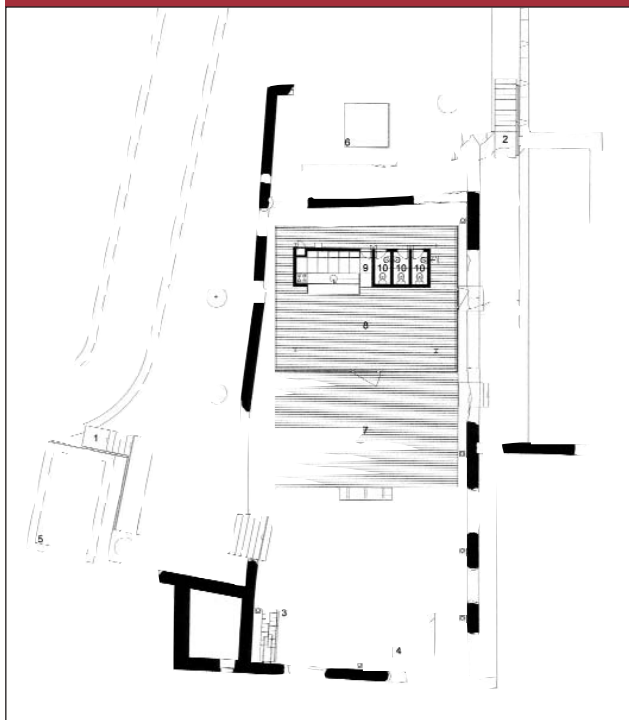
A implantação escolhida para o edifício revela, por um lado, a intenção de sublinhar os perímetros Noroeste, Nordeste e Sudeste da ruína, abrindo a Sudoeste uma frente de esplanada, protegida pelo paramento menos arruinado.

Por outro lado, pretende-se sugerir a antiga entrada principal do Castelo, assumindo um percurso de ligação ao Paço, adossado à cortina de muralha Sudeste. Pretende-se reforçar o eixo da muralha, reactivando o percurso que se lhe adossava como acesso directo à futura Casa de Chá, e deixando que a serena axialidade do edifício proposto sirva como momento flector de chamamento para a sua própria utilização.

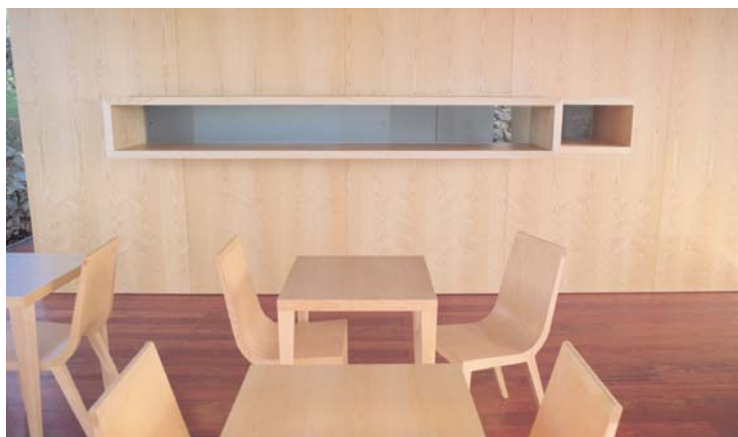
Assim, das preocupações que influíram na implantação do edifício emerge, por um lado, a afirmação intencional de clarificar



1. Percurso de ligação à Igreja de Sta Maria da Alcáçova.  
 2. Percurso adossado à Muralha; 3. Escada de acesso à janela.  
 4. Banco; 5. Tanque; 6. Fosso Chiller+Uta; 7. Esplanada.  
 8. Sala de Chá; 9. Cozinha; 10. Instalações sanitárias.



À esquerda: Corredor.  
 Em baixo: Pormenor do interior.



renovadas interpretações da envolvente edificada e, por outro, a certeza de deixar em aberto a leitura actual da ruína.

"A materialidade aberta da ruína é deliberadamente prolongada, trabalhando-se o mistério que ela integra: a relação entre o que se conhece e o que se ignora. A nova arquitectura emerge como uma homenagem aos fragmentos sobreviventes como uma arquitectura que evoca e acolhe, que constrói com o fragmento. Trata-se de reuní-los, não simplesmente juntá-los por justaposição mas reuní-los segundo uma ideia precisa e um desenho rigoroso, porque é algo tão real como voltar a habitar um lugar. Por isso, a presença estimulante do passado não resulta aqui nem num peso nem numa carga mas numa possibilidade extrema de essencialização." (Ana Tostões, *Público*, 26 de Janeiro de 2001, pág. 30).

### 3•OPÇÕES DE CONCRETIZAÇÃO MATERIAL E ESPACIAL

Foi, pois, nossa intenção ocupar o espaço interior da ruína do Paço das Infantas com uma edificação leve, tornada perfeitamente inócua pelo modo geometrizado como se solta das paredes das referidas ruínas.

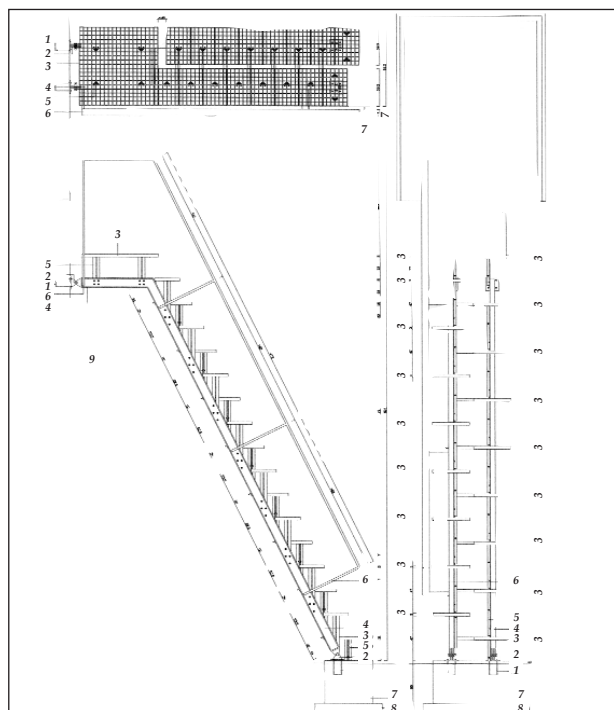
"A tensão conceptual da obra apoia o desenvolvimento no novo lugar realizado no espaço que foi o dos Paços. É a ideia da construção de um lugar, da criação de um lugar onde contemplar as ruínas, realizada com o essencial. Apenas dois planos: plataforma miesiana (referência a Mies Van Der Rohe), implantada no interior do que outrora foram os Paços da Infanta; tecto elementar sustido por finos e esbeltos suportes. Entre eles, a caixa de vidro, abstracta e quase virtual, cria um lugar íntimo, metafísico, de dura geometria, que é domesticado, porque como dizia Mies Van Der Rohe: "Estamos em casa e tínhamos de incluir

mobiliário." (Ana Tostões, *Público*, 26 de Janeiro de 2001, págs. 30 e 31).

A unir estes dois planos horizontais substancialmente fortes – cobertura e pavimento – um paralelepípedo cromaticamente distinto, que corresponde às áreas de serviço da Casa de Chá. O pavimento prolonga-se a sudeste num estrado em madeira que constitui a esplanada.

"(...) A plataforma – terraço à frente da construção situa a casa de chá na paisagem envolvente com um sentido de pertença. Uma pertença que integra o cenário dos fragmentos de muros fortemente texturados, de onde emana a carga do tempo e da história (...)." (Ana Tostões, *Público*, 26 de Janeiro de 2001, pág. 31).

Os paramentos verticais são em vidro simples, modulado e liberto de prumos de caixilharia, com excepção das portas, que assim ficam marcadas por aro e caixilho de ferro. Os pilares da estrutura de suporte



1. Varão roscado chumbado; 2. Rótula em barras de ferro 8 mm. 3. Degrau de grelha metálica amovível em quadrícula 38x38x5 mm. 4. Perfil UPN 100x50 mm; 5. Cantoneira em aço 30x30x5 mm. 6. Corrimão em barra de aço 70x20 mm. 7. Degrau de betão armado aparente descofrado; 8. Betão de limpeza. 9. Pareda de pedra.

Em baixo: Escada exterior.



das lajes de pavimento e de cobertura são em perfis de ferro e funcionam pelo interior. Por um lado, para os afastar da ruína, e, por outro, para que a imagem desmaterializada e abstracta da caixa de vidro possa prevalecer.

"O uso do vidro estimula a visão ininterrupta dos fragmentos de ruínas envolventes e a projecção fora do espaço interior." (Ana Tostões, *Público*, 26 de Janeiro de 2001, pág. 31).

Tentou-se deste modo, criar uma estrutura cuja autonomia geométrica e material revalorize a própria imagem da ruína, integrando-a num contexto mais compreensível, pela entreposição da estrutura da Casa de Chá. A laje de pavimento e o estrado da esplanada ficarão levemente erguidos, reforçando, ainda mais, a imagem de estrutura que não se prende a nada do existente nem, tão-pouco, ao solo.


"Por um lado, a nova plataforma sobrele-

vada ritualiza-a para quem ocorre, reservando-a e abrindo-a a pessoas e paisagem. Por outro lado, reconstrói-se a envolvente próxima por interacção quase palpável ora surpreendente em contraste adequado ora derramada no novo propósito ora, ainda, articulada em acessos, passagens, caminhos e pavimentos." (João Rodeia, *O Independente*, 31 de Março a 6 de Abril 2000, pág. 51).

Internamente, a distribuição dos espaços é necessariamente simplificada pela minimização das áreas disponíveis em programa – 90 metros quadrados.

O corpo de serviços engloba os sistemas de infra-estruturas de climatização, bem como as instalações sanitárias e a copa de preparação de refeições frias.

A concentração das áreas de serviço, num corpo único, recuado relativamente às paredes envolventes, permite a desejável manutenção da transparência da Casa de Chá,

criando, desse modo, um nível de leitura mais abstractizante e, por consequência, mais consentâneo com as intenções de clarificar o existente, enquanto invólucro de um conteúdo renovado – a proposta. 

#### FICHA TÉCNICA

**Localidade:** Site, Paço das Infantas, Castelo de Montemor-o-Velho, Portugal

**Data do Projecto:** 1997

**Data da Construção:** Maio 1999 – Julho 2000

**Autor:** João Mendes Ribeiro

**Colaboradores:** Carlos Antunes, Cidália Silva, Desirée Pedro, José António Bandeirinha, Manuela Nogueira, Pedro Grandão

**Cliente:** Instituto Português do Património Arquitectónico – Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

**Construtor:** A. Ludgero Castro

**Arranjos Exteriores:** João Mendes Ribeiro

**Estruturas:** Raimundo Mendes da Silva

**Electricidade:** Marcos Pinguinha

**Instalações Mecânicas:** Isabel Sarmento

**Fotografia:** João Mendes Ribeiro

JOÃO MENDES RIBEIRO, Arquitecto.





Portal da Coroada, Valença, 1704.

## Manuel Pinto Vilalobos, da engenharia militar à arquitectura

Uma estreita familiaridade entre a engenharia militar e a arquitectura caracteriza boa parte da produção cultural portuguesa do Período Moderno. Uma figura que espelha bem a complexidade destas relações disciplinares foi a do engenheiro Manuel Pinto Vilalobos, activo na vila de Viana do Lima entre 1683 e 1734, o qual se viria a revelar um dos mais prolíficos arquitectos da sua geração, deixando no Minho as marcas de um classicismo tardio, bem aclimatado a um gosto conservador que não se revia ainda na animação ornamental do barroco. A formação do jovem Vilalobos decorreu na Aula de Fortificação de Lisboa, em ambiente especulativo marcado pela activida-

de pedagógica do engenheiro-mor Luís Serrão Pimentel e pela familiaridade com matérias que incluíam noções de náutica e astronomia, de arquitectura, de geometria ou de matemática, além, naturalmente, do currículo disciplinar corrente da arte fortificatória. Engenheiro e arquitecto prático, Vilalobos viria também a revelar-se um activo polígrafo: compôs um Tratado de Fortificação que se conserva manuscrito, um Calendário e Lunário Perpétuo e um Tratado do Uso do Pantómetro, entre outras obras e algumas traduções.

Na Vedoria do Minho, para aonde foi enviado em 1683, Manuel Pinto Vilalobos contou com a larga experiência do enge-

nheiro francês Miguel de Lescole, de quem viria a herdar as incumbências funcionais e mesmo os seus papéis e desenhos. A abertura de uma Aula de Fortificação em Viana, por decreto régio, em 1701, representou, assim, a continuidade da herança de Lescole, de quem se conhece a sebenta de uma lição que assegurava informalmente aos artilheiros da província, bem como um tratado de fortificação que nunca chegou a publicar.

No âmbito das suas atribuições como engenheiro da província, Manuel Pinto Vilalobos participou em projectos de regularização fluvial nos rios Lima e Douro – denotando um interesse crescente da coroa pelos meios de planeamento e unificação do território – e interveio activamente na modernização das fortalezas de Viana, Caminha, Monção e Valença: nesta última, por exemplo, regista-se a assimilação precoce de alguns elementos do sistema de Vauban, porventura a primeira referência explícita, entre nós, à obra do engenheiro francês, que teria grande divulgação ao longo do século XVIII.


Mercê do seu desempenho prático, o engenheiro acolheu-se também ao mecenato dos arcebispos de Braga, com especial destaque para D. Rodrigo de Moura Teles († 1728), e no território da arquidiocese são conhecidas as suas intervenções nas matrizes de Viana e de Ponte da Barca, na Sé Catedral, nos conventos de São Francisco de Monção, dos Remédios e da Conceição, de Braga, de Santa Clara, de Vila do Conde e de São Bento de Viana, entre muitas outras o Santuário do Bom Jesus do Monte, uma das obras-primas da cenografia paisagista barroca, inteiramente remodelado no final do primeiro quartel do século XVIII, contou com um risco de Vilalobos para uma

igreja de planta circular, de evocação marítima, de acordo com a invocação do resto do conjunto.

O gosto arquitectónico de Manuel Pinto Vilalobos pauta-se por uma ampla utilização de elementos de composição de raiz clássica, embora em associação sintáctica livre: nas inúmeras casas de Viana que lhe podemos atribuir, construídas tanto para a fidalguia local como para uma próspera classe emergente de mercadores enriquecidos com o tráfico marítimo, é frequente o recurso ao frontão triangular, aos paramentos rustificados, à sobreposição de ordens arquitectónicas ou ainda a um tipo de coroa-mento de vãos que só encontra paralelo em realizações de Rafael, de Giulio Romano e de Vignola. Apenas na decoração túrgida das pedras de armas apostas nas fachadas – especialmente a da sede da Vedoria do Minho, empunhada por dois putti – notamos alguma concessão a um gosto barroco emergente, que poucos anos mais tarde viria a informar grande parte da arquitectura civil do Noroeste português. A Casa da Carreira é um exemplo à parte da actividade projectual de Vilalobos. Construída em finais do século XVII, a casa nobre apresenta uma original fachada em que sobressaem os materiais de aproveitamento da residência primitiva, constituindo assim um caso precoce de revivalismo manuelino que o arquitecto disciplinou pelo desenho clássico das cornijas, das pilastras toscanas dos cunhais e do ritmo imposto à sequência da fenestração. Este método, que indicia uma valorização inédita das fantasias ornamentais do tardo-gótico, foi em parte bebido na obra de Sebastiano Serlio, muito divulgada em Portugal, e em cujo Livro VII se propõe a reconstrução de casas antigas através da regularização dos alçados, de uma forma

semelhante ao que pensamos ter sido feito no caso vianense.

Projectos para retábulos de talha, dos quais se destaca o risco que deu para a Árvore de Jessé da matriz de Caminha, completam a originalidade de uma carreira que teve, em parte, continuidade nas gerações do seu filho e do seu neto, continuando ambos ligados à instituição militar. O neto, José Fernandes Pinto Alpoim, tornar-se-ia mesmo

o mais influente engenheiro das províncias do Brasil ao longo da 2ª metade do século XVIII, assim demonstrando a qualidade do legado da escola portuguesa de engenharia militar formada no rico ambiente posterior à Restauração. 

**MIGUEL SOROMENHO,**  
Técnico do IPPAR.

# Pub Brera

PUB



# Castelos e fortalezas: pequena reflexão (meramente) teórica

A construção do território passou sempre pela imposição de marcas de presença e de ocupação, como por exemplo, os castelos, as fortalezas e fortins. Mas trata-se, também, de marcas monumentais de grande expressividade retórica. Os castelos e fortalezas eram estruturas funcionais, desempenhando o papel de defesa e de enquadramento da exploração deste ou daquele território, mas também se destinavam a prevalecer na paisagem como sinais de poder e pólos de regramento da ocupação populacional.

Hoje, porém, como acontece com todas as fortificações antigas, a maior parte delas carecem de função, ou seja, foram perdendo a sua utilidade pretérita. O seu papel é, essencialmente, rememorativo. Mas trata-se de um papel não menos importante no âmbito da ordem cultural e "económica" contemporâneas. É que as fortificações dão-nos conta de um facto histórico não dispiciendo que é o da evolução das práticas de defesa e da sociabilidade que elas instauram, desde a reminiscência na alta Idade Média de recintos castrejos, passando pela introdução de técnicas inovadoras de defesa passiva através da construção dos chamados castelos "românicos" (na sua maior parte templários), pela edificação de estruturas defensivas úteis (de fronteira) a par de outras em que ao contexto militar se soma a representação do poder (estruturas paços associadas a torres, durante os séculos XIII-XIV, ou os castelos góticos), pela introdução da vanguarda da engenharia militar nos exemplos das "rocas" portuguesas (Ourém, por exemplo, ainda no século XV)

até aos modelos que respondem já aos critérios da piro-balística (a Torre de Belém, claro, mas também o Castelo Roqueiro de Vila Viçosa, nos primeiros 30 anos do século XVI). As fortalezas, daí em diante e mediante uma tratadística bem estabelecida, experimentam depois a revolução da defesa "moderna". Não são menores, portanto, os ensinamentos que tais monumentos nos trazem relativa-

ludes, estruturas que deixaram conspícuas marcas na paisagem.

E é grande a quantidade de castelos e fortalezas em Portugal, como são também diversas, naturalmente, as suas condições e circunstâncias valorativas, sendo que concorrem para estas as respectivas características e diferentes graus de importância patrimonial – o que não tem a ver, apenas e somente, com a



Évora Monte.

mente aos métodos de construção, passando pela organicidade das construções e a maneira, artificial mas sábia, como se casam com a topografia; ainda, os sistemas defensivos são estruturas ideotécnicas de vanguarda e de experimentação, com as suas entradas "em cotovelo", as torres albarrãs, as couraças e mais tarde com os seus revelins, travezes e ta-

sua monumentalidade ou "centralidade", mas antes com a tipologia, o valor histórico, "associativo" ou rememorativo a importância monumental ou escala, a importância morfológica, a importância técnica, a importância em termos urbanos, a importância paisagística e a importância arqueológica.

Em termos de localização e composição, po-

dem distinguir-se: Castelos e fortalezas de elevação, de planície, costeiros, castelos e fortalezas integrando aglomerados pré-existent, castelos associados a cercas amuralhadas amplas, fortalezas estreladas ou com apêndices estrelados e castelos reconstruídos.

De entre estes cabe ainda distinguir:

- a) Castelo-recinto (com predominância da muralha sobre a torre);
- b) Castelo de torre e recinto (com predomínio da torre);
- c) Castelo-convento, com as duas funções associadas;
- d) Casa-forte;
- e) Fortaleza de tipo irregular;
- f) Fortaleza regular;
- g) Associação de sistemas de diversas épocas, incidindo numa diacronia que vai do século XIII/XIV ao século XVIII;
- h) Grande sistema fortificado com "obras" associadas (o caso de Elvas, por exemplo);
- i) Castelo refúgio;
- j) Castelo-palácio de tipo regular;
- k) Palácio fortificado;
- l) Torre senhorial;
- m) Torre de vigia;
- n) Atalaia.

O estado de conservação destes testemunhos é (reitera-se) muito variável. Em qualquer caso, a maior parte dos exemplos carece de trabalhos perenes de valorização e reafecção de uso, podendo distinguir-se um número de castelos que foram objecto de reaproveitamento e re-uso, de diversos tipos aliás, mas com intervenções importantes, algumas das quais ainda em curso.


Tudo isto deve ser levado em consideração no mundo contemporâneo, em que o consenso em torno do património se ergue como sinal de civilidade e cultura. A recuperação destes monumentos, porém, não é tarefa fácil. São muitos e dispersos pelo espaço. São,

na sua maior parte "esqueletos" que carecem da essencialidade que lhes deu vida: os homens. Hoje, a imagem da fortificação parece resumir-se às muralhas e às torres – no caso dos castelos isolados – ou a resíduos integrados já numa estrutura urbana que quase sempre cresceu e as absorveu sem remissão. É por isso difícil explicar e recriar a função do castelo uma vez que o seu interior, outrora denso e animado, ruidoso e movimentado, praticamente desapareceu. Por sua vez, os trabalhos de restauro enfrentam problemas quando os sistemas de construção se reportam a técnicas as mais das vezes esquecidas ou quando têm uma extensão tal que qualquer intervenção exige um esforço quase idêntico (perdêmo-nos a imodéstia) ao daqueles que as construíram. Mas é essa a tarefa de todos aqueles que cuidam do património.

Convém ainda realçar que muitas das obras de restauro, reafecção e reutilização de fortificação (mais de castelos do que de fortalezas) mais recentemente executadas, se encontram datadas nos seus pressupostos, por se tratarem em boa parte de projectos elaborados no decurso dos anos 80 e início dos anos 90, mas com execução em obra nos finais dos anos 90, impuseram um modelo de reafecção e reutilização. Em alguns casos, os programas afiguram-se excessivamente pesados ou impositivos, ou mesmo "adjectivados" face à pré-existência. Cumprir dizer que, tratando-se de projectos animados pela Administração Central, muitos deles serviram de modelos a intenções de obras que se encontram previstas ou em laboração em castelos geridos directamente pelas autarquias. O partido arquitectónico destes projectos, procurando gerir o paradoxo da desafecção com uma nova reafecção, cristaliza-se a maior parte das vezes naquilo a que poderemos chamar a "equipamentaliza-

ção" da fortificação: esta é entendida como um terreno aberto, de valor cultural, ao qual há que acrescentar valências de uso público também culturais mas assaz pesadas tais como auditórios, núcleos expositivos e cafetarias. Este processo, ao que cremos, tem os seus dias contados. É que tendo em conta, o carácter normativo destas intervenções, e conhecendo alguns efeitos, eventualmente perversos, das reafecções em causa, convirá agora tornar predominantes as intervenções "leves", que visem restituir a fruição do castelo, conferir-lhe, bem entendido, capacidade de acolhimento público, mas reservá-lo em termos de valor ou perfil construído sem adições ou propostas mais agressivas que dificilmente assimilam valores de obra de raiz.

Manter vivas essas marcas, trabalhando e re-trabalhando os processos de restauro e estudando programas de requalificação, a maior parte das vezes, já não propriamente direccionados para a reutilização do espaço bruto do castelo mas antes para a assunção da sua "aura", da sua monumentalidade absoluta, do seu carácter como "escultura" da paisagem são os imperativos que se nos colocam hoje mesmo.

Os estudos que se empreendem em torno das tipologias castelológicas, os trabalhos de índole histórica que os mesmos motivam, as pesquisas arqueológicas, as análises críticas das intervenções de recuperação mais antigas ou mais recentes, o aprofundamento dos estudos de materiais e os ensaios de restauro, são outras tantas tarefas daquilo a que prefero chamar, para as fortificações, um labor constante de "conservação dinâmica": como forma de preservar com cada vez maior eficiência estes testemunhos. 

PAULO PEREIRA, IPPAR.

# Olivença,

## nobre, leal e notável terra portuguesa


20 de Maio de 1801: O exército espanhol assedia e toma Olivença e ocupa grande parte do Alentejo, coagindo Portugal, em situação desesperada, a assinarem a 6 de Junho, o Tratado de Badajoz que, “em qualidade de conquista”, atribui a Praça a Espanha. Em 1 de Maio de 1808, Portugal denuncia o tratado. Em 1815, reunidas as potências beligerantes no Tratado de Viena, é reconhecida justiça nas reclamações portuguesas sobre Olivença e impõe-se “a restituição da mesma”, determinando-se os “esforços mais eficazes” para que a sua retrocessão se efective “o mais brevemente possível”...

Frequentemente, esquece-se esta terra tão genuinamente portuguesa que, por tão infelizes e indignas vicissitudes, se encontra actualmente sob a administração espanhola. Povoação das mais importantes do reino, sede do bispado de Ceuta, dela era originária o pai de Vasco da Gama; famílias portuguesas de melhor nome tinham ali origem e morada. Por isso é a vila tão pronunciadamente portuguesa, e de fisionomia alentejana: a alvenaria, a cal, a cantaria, as imponentes cha-

minés. Evidenciam-se casas apalaçadas dos Duques do Cadaval (hoje sede do Ayuntamiento) com o seu portal manuelino, dos Marçais, dos Sousas e outras, onde brilham velhos brasões portugueses. Estratégicos, o Castelo dionisino e a sua Torre de Menagem, atrevida nos seus 37 metros, o pombalino Quartel dos Dragões de Olivença, os baluartes seiscentistas com a bela Porta do Calvário. Aqui e por ali, inúmeros escudos portugueses, picados barbaramente, falam-nos na sua mudez. Manuelina, a igreja da Madalena, antiga Sé da Diocese de Ceuta; renascentista tardia e barroca, a igreja de Santa Maria do Castelo. A igreja da Misericórdia, fundada logo em 1501, até hoje esteio da cultura e dos valores portugueses.

Sobre o Guadiana, a monumental ponte manuelina da Ajuda, em alvenaria argamassada, silharia nas aduelas, abóbadas e talha-mares, ligou as duas margens até 1709, quando a tropa borbónica fez explodir os arcos centrais. A jusante, uma nova ponte em betão, construída por Portugal e inaugurada em 2000, restabelecendo o contacto direc-

to de Olivença com o território nacional.

Nas ruas ouve-se falar com a mesma entoação da banda de cá do granderio do sul. Sem esforço, percebe-se o espírito português sustentando uma identidade tão distinta da de Espanha... No silêncio ensurdecedor das gentes e dos velhos brasões, das casas e dos montes, das ruas e dos caminhos de Olivença, ressoa o grito pungente e mudo de uma terra refém, de uma terra por resgatar... 

### Bibliografia:

Olivença, *Matos Sequeira e Rocha Júnior*; Compilação para o Estudo da Questão de Olivença, *Embaixador L. Teixeira de Sampaio*; Olivença, Reflexões sobre Usurpação e Aculturação, *Carlos Consiglieri*; Nos Caminhos de Olivença, *Carlos Luna*; A Ponte da Ajuda, Estudo Arqueológico, *Manuel Cid*.

**ANTÓNIO JOÃO TEIXEIRA MARQUES**, Procurador-adjunto, Vice-Presidente do Grupo dos Amigos de Olivença.



## Concursos para o lugar de arquitecto das Ordens Militares no séc. XVIII

Para o meu grande amigo, Arq.º João Kadiç



Forte de São Bruno em Oeiras.

*"E porque houve honze annos e oito mezes q. antes tinha servido o dito emprego delle não satisfizera ordenado algum, tendo feito varias jornadas fora da corte por ordem deste Tribunal fazendo avultadas despesas com a sua pessoa e cavalgaduras, com incommodo grande de sua caza, e familia, faltando por este modo as obras de q. nesta Corte era encarregado em que podia utilizar-se: não era justo, nem Vossa Magestade havia permittir ficasse o supp.e com o de-zembolço q. fizera, ainda q. este excedera ao ordenado, q. como serventecario se lhe devia satisfazer: pedido a Vossa magestade q. como o rendimento do sobredito Almoxarifado entrara no Erario Regio por elle lhe mandasse satisfazer o ordenado dos ditos honze annos e oito mezes, q. servira o sobredito emprego"*

Petição de Manuel Caetano de Souza, data-da de 1778, pedindo que lhe fossem pagos os seus ordenados como arquitecto das Ordens Militares, cargo para que fora nomeado em Outubro de 1766<sup>1</sup>.

Tal como hoje, a nomeação de arquitectos para lugares importantes em séculos anteriores, parece não ter sido desprovida quer

de uma profunda dedicação à profissão quer, até mesmo, de uma certa polémica. A petição de Manuel Caetano de Souza ilustra bem quão árduo era o cargo de arquitecto das Ordens Militares, cargo esse que, juntamente com outros (Arquitecto Real, Arquitecto dos Paços Reais, da Aula do Paço da Ribeira, das Obras de S. Vicente de Fora, etc.) era um dos mais importantes a que qualquer arquitecto (ou engenheiro) podia, então, aspirar. Não pretendendo especular sobre o papel do arquitecto e da prática arquitectónica em época moderna, mas sim dar a conhecer mais alguma informação sobre as obras e esferas de influências dos intervenientes neste processo (exarada dos curricula e testemunhos apresentados a concurso). Da documentação que aqui revelamos<sup>2</sup> podemos concluir como era determinante, para as nomeações, a existência de uma prática anterior no mesmo domínio (quase sempre transmitida por via familiar), nomeações essas nem sempre isentas de uma certa expectativa e polémica, como aconteceu com o concurso de 1697, no qual é nomeado João Antunes que opõe, apenas, aos curricula de experientes concorrentes

como o Padre Tinoco e Manuel do Couto, a obra de Santa Engrácia<sup>3</sup>.

Falecido João Antunes em 1712 no concurso de 1713 apresentam-se Manuel do Couto, Manuel da Maia, Joseph Pinheiro da Silva, João Baptista Barros, Joseph Roiz Ramalho, Manuel Nunes, Carlos Baptista Garvo e Manuel Luis da Silva. Importante pelo grande número de candidatos, a documentação revela-nos alguns dados curiosos<sup>4</sup>, nomeadamente no que diz respeito a Manuel Nunes, que se apresenta como "arquitecto da Casa de Aveiro"<sup>5</sup>. Por deliberação da Mesa da Consciência e Ordens para o cargo seria nomeado João Baptista Garvo, ficando em 2º e em 3º lugares, Manuel do Couto e Manuel da Maia, respectivamente. Custódio Vieira sucederia no cargo, após a morte de João Baptista Garvo. Além da sua nomeação a 19 de Junho de 1737 e de um documento do Desembargador de Sua Magestade, Diogo Pinto (que o dá como filho de Manuel Francisco, a morar na Rua da Atalaia, com a idade de 50 anos) não existe neste núcleo, qualquer outra documentação que nos elucide sobre a existência de outros concorrentes. Ajudado por Rodrigo

Franco, arquitecto da Mitra e e das Igrejas do Patriarcado, seria por ele substituído em 1744 e 1745 por períodos de seis meses, num processo que geraria alguma polémica até à nomeação de Carlos Mardel, em 1747, para o mesmo cargo<sup>6</sup>. Vale a pena examinarmos, com alguma atenção, a documentação existente, sobretudo no que diz respeito à actividade deste último. Em requerimento datado de 1746, Rodrigo Franco pede que lhe sejam pagos os ordenados correspondentes às suas nomeações, o que originou a seguinte consulta em 22 de Março de 1746: "Por decreto de 10 de Fev<sup>o</sup> deste anno foi V. Mag. e servido q. ao Cons<sup>o</sup> servisse a consulta incluza da Meza da Consciencia sobre o pedido de Rod<sup>o</sup> Franco para que lhe pagassem os ordenados. Mandou o Cons<sup>o</sup> que informasse o Escrivão da fazenda da repartição juntando os papeis q. houvesse nesta materia e o fez dizendo q. o Sarg<sup>o</sup> Mor Carlos Mardel tinha servido de Architetto das obras das Igrejas das Mezas, Mestrados das Ordens indo repetidas vezes a ellas examinalas fazendo riscos para as suas reedificações como são <sup>7</sup> as Igrejas de S. Pedro da Vila de Palmela, Espirito Santo de Aldeia Galega, S. Lourenço de Alhos Vedros, Alcochete, São Tiago da Vila de Alcácer, Lagares da nova Vila de St<sup>o</sup> Estêvão da Ribeira de Canha, de S. Pedro da Marateca, e N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Anunciada da Vila de Setubal, fazendo avaliação das obras feitas em humas, fazendo as plantas e despondo os reparos de outras tudo com gr. de trabalho e zelo e o cons<sup>o</sup> lhe cometera estas dilig.as na falta de Custódio Vieira por constar não Ter sido V. Mag. servido prover em outrem a prop.e do dito off.<sup>o</sup> antes q. por avizo do secr.<sup>o</sup> de Est.<sup>o</sup> dos negócios do reino Pedro Motta e Silva de 25 de Abril de 1744 fora V. Mag. servido ordenar a Me-

za da Consciência não provisse a d.<sup>a</sup> ocupação de serventia sem sua real ordem, e q. como o Cons<sup>o</sup>. Cometera as referidas diligencias ao d<sup>o</sup> Carlos Mardel requerendo este o pagamento do ordenado do d.<sup>o</sup> off.<sup>o</sup> lho mandara pagar pagando os novos direitos como constara dos papeis q. juntara; e não defeniria req.<sup>o</sup> q. fizera 1<sup>o</sup> o mesmo efeito Rodrigo Fr<sup>o</sup> sem embargo de apresentar provimento da Meza porq. Na conformidade do d<sup>o</sup> avizo se lhe não devia passar, e

*Ele mostra ainda que, tal como hoje, as diferentes entidades nem sempre actuavam em concordância.*

sendo o ordenado assentado no Almoxarifado da Meza Mestral de Setubal parecia q. mais devido era a quem tinha servido nas igr.as das Mezas dos Mestrados do q. a quem contra as ordens de S. Magestade servira nas Igrejas das Comendas particulares. Avendo visto o Conc.<sup>o</sup> da fazenda, Pareceu ao Concelho o mesmo q. ao Escrivão da fazenda da repartição. Diogo de Sousa Mexia. Diogo Corte Real...". Este parecer não deixa quaisquer dúvidas sobre a nomeação de Carlos Mardel para o cargo, em detrimento de Rodrigo Franco. Ele mostra ainda que, tal como hoje, as diferentes entidades nem sempre actuavam em concordância. Em 17 de Junho de 1755 Rodrigo Franco faria uma nova petição (reformada em 16 de Setembro de 1756) pedindo que se lhe faça propriedade do ofício de medidor e avaliador das obras reais, para o que junta certidão de 1745, na qual reforça a sua actividade como arquitecto "Rodrigo Franco diz que substitui Custódio Vieira em muitas obras e q. por morte dele foi em-


possado como arq<sup>o</sup> em 24 de Abril de 1744 e q. na mesma vai em 12 annos fazendo vestorias occulares nas herdades, Igr.as, e mais Edificios pertencentes às Ordens (...) fazendo plantas, apontamentos mais execução e os usuais".

Após a nomeação de Carlos Mardel, a documentação é omissa até ao ano de 1766, no qual nos aparece um requerimento de Manuel Caetano de Sousa a pedir que seja nomeado para o cargo, em substituição de seu

pai, Caetano Tomás (Mardel falecera em 1763)<sup>8</sup>, no qual se manteria até à sua morte em 1802. O concurso realizado em 1803, embora já fora do espaço cronológico por nós proposto merece, também, ser incluído neste resumo, pela quantidade de informação que nos dá sobre uma geração de architectos activos nas últimas décadas do século XVIII: Francisco António de Sousa, filho de Manuel Caetano de Sousa, Joaquim de Oliveira (que viria a falecer enquanto decorria o concurso)<sup>9</sup>, seu filho Henrique Guilherme de Oliveira<sup>10</sup>, o Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros, Joaquim de Oliveira (homónimo do arquitecto real), e o filho de Eugénio dos Santos, José Manuel de Carvalho Negreiros, Sargento Mor do mesmo Real Corpo de Engenheiros. É precisamente sobre este último que esta documentação se afigura importante, em especial no que diz respeito à formação de José Manuel de Carvalho Negreiros. Sendo já conhecida a sua importante actividade teórica e prática, ela esclarece-nos, em parte, sobre os anos

que passou em Itália. A sua petição, datada de 4 de Janeiro, mostra-nos como era já figura de relevo na Corte, estatuto de que estava perfeitamente consciente: " Cavaleiro professo em S. Bento de Avis, Architetto da Real Caza das Obras dos paços desta Corte e Reyno e senado da Camara desta Cidade de Lisboa, vem requerer a V<sup>a</sup> Alt. Real o cargo de Architetto da Meza da Consciencia e Ordens. Todos ajuntarão varios papeis aos seus requerimentos o q. o supplicante não fez por ser m.to conhecido nesta Corte; e todos o saberem q. exercita o emprego de Architetto desde o anno de 1776 q.do se recolheu dos paizes estranhos por onde estudou, e viajou; a fim de não ficar confundido pelos outros pertendentes, e fazer patente a sua justiça, apresentou agora os documentos juntos pelos quais se conhecerá os fundamentos em q. o supp.te se estriba. Os dois primeiros mencionados [Fr<sup>o</sup> António de Sousa e Joaquim Guilherme de Oliveira] aparecerão feitos Architetos à m.to poucos mezes, os quais talvez não terão tantos annos de nascidos q.tos o supp.te tem de effectivo exercício em campos de tanta ponderação; e o sobrd.<sup>a</sup> pertend.te Tenente Coronel nunca foi Engenheiro Civil; e suppos ter sido encarregado da factura das Estradas, nada tem isto que fazer com os conhecimentos precisos p<sup>a</sup> a factura de Igrejas, Conventos, Palacios; e o supp.te como justifica habilitouse na Architectura Militar e Civil, e tem exercido huma e outra, o q. consta dos Docm.tos juntos. José Ma.el de Carvalho Negreiros." Isto mesmo é comprovado pelas testemunhas que apresenta, para além de cópia dos officios da rainha D. Maria a nomeá-lo Medidor das Obras dos Paços Reais <sup>11</sup>, bem como architecto dos ditos Paços e Quintas fora deles <sup>12</sup>; o Conde de Soure <sup>13</sup>, o Marquês de Penalva, do Conse-

lho da Rainha e Junta dos Três Estados <sup>14</sup>, o Conde de Ega do Conselho de sua Magestade, alcaide das Vilas de Guimarães e Soure, Deputado da Junta dos Três Estados <sup>15</sup>, Diogo Inácio de Pina Manique <sup>16</sup>, o Marquês de Castelo Melhor <sup>17</sup> João Angello Brunelli, astrónomo pensionario de S. Magestade e Lente de Matemática na Real Academia da Marinha, Jozé Izidoro Olivieri, Reitor do Colégio dos Nobres. São estes dois últimos que atestam a sua passagem por Italia. Olivieri afirma que "por noticias certas que teve J.M. Carv. Neg. esteve perto de 5 annos em Florença e daí passou para Roma, tendo visto tb algumas cidades de Italia". Mais completo é o testemunho de Brunelli: "certifica que passando em Florença em 1773 vi e conheci J.M.Carvalho Negreiros na companhia da caza de Zenobio Rossi, architetto Civil de nome distinto naquella cidade em tempo que exercitava com elle muito seriamente, em grande proveito no estudo da architectura civil. Certifico tb em como estando em roma no anno de 1776 muitas vezes ouvi falar do dito J.M. como de quem tinha já acabado naquella capital os estudos de architectura civil com o celebre Pedro Campossi e tinha adquirido a fama de perito na sua profissam como com effeito o tem depois mostrado com muitos desenhos de sua invenção, assim de architectura civil como de architectura militar que tenho visto". Não conseguimos apurar quem eram, de facto, Pedro Campossi e Zenobio Rossi. Apesar da vulgaridade do apelido seria este último parente de João Gerardo de Rossi, que consta ter sido escolhido por Portugal para dirigir a Academia de Belas Artes que fundara em Roma <sup>18</sup>? Regressado a Portugal em 1776, e de acordo com a declaração do Marquês de Penalva que o dá em Itália por oito annos, Carvalho Negreiros terá saído do país

por volta de 1768. Apesar do imenso curriculum que apresenta, uma consulta efectuada pela Mesa ao Desembargador Geral das Ordens, datada de 22 de Janeiro de 1803 (que defende que nem sempre os cargos deviam ser hereditários, dependendo da experiência dos candidatos), mostra que a preferência vai para o Tenente Coronel Joaquim de Oliveira <sup>19</sup>, embora em 1804 fosse escolhido Francisco António de Sousa <sup>20</sup>, herdando o mesmo lugar de seu pai e avô. Continua-se, assim, uma tradição que, transmitindo conhecimentos e cargos de geração em geração (atestando o reconhecimento, por parte dos monarcas, do valor e da lealdade demonstrada por essas famílias de artistas), remonta pelo menos ao século XVI. 

<sup>1</sup> A.N.T.T. – Mesa da Consciência e Ordens, Offícios, Maço 12, "Arquitectos".

<sup>2</sup> Ibidem. Parte desta documentação foi já por nós apresentada, a propósito do concurso de 1697. CAMPOS COELHO, Teresa de "Um concurso para o provimento do lugar de architecto das Ordens Militares – A propósito de um curriculum do Padre Francisco Tinoco da Silva", in Revista Monumentos, n<sup>o</sup> 7, Lisboa: Setembro de 1997. Sobre as obras e architectos das Ordens Militares em período filipino, cif. SORUMENHO, Miguel, "Os grandes programas architectónicos filipinos para as Ordens Militares e o Mosteiro de Santos-o-Novo", in Revista Monumentos, n<sup>o</sup> 11, Lisboa: Setembro de 2001, pp. 19-23.

<sup>3</sup> Como comentámos na altura, o prestígio de João Antunes devia ser enorme, pois foi nomeado concorrendo só com uma obra. Mesmo o facto de já estar a exercer o cargo de architecto das Ordens, desde 13 de Dezembro de 1696, até 7 de Setembro de 1697 (18 meses e 20 dias), conforme se pode ver nos documentos, não explica a sua nomeação, pois Manuel do Couto servia já nesse cargo desde longa data, como ajudante e substituto de seu pai, Mateus do Couto.

<sup>4</sup> Manuel do Couto alega que "he architecto há mais de 26 annos, em continuo trabalho e exercício das medições, não só militar como de architectura civil, em que se exercitou sete annos, arq<sup>o</sup> e Mestre dos Paços de Almeirim, Salvaterra de Magos, e Mosteiro de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Vitória da Batalha, obras de Santa Clara de Coimbra e Ermida da Esperança"; Manuel da Maia alega ser "sargento mor e eng<sup>o</sup> ajudante no quartel q. foi reparado ao M. Alegrete p<sup>a</sup> defesa desta cidade, servindo de



apontador das obras do dito quartel. Em 1703 foi à Praça de Estremoz com Francisco Pimentel e tudo o q. necessitava, riscando as plantas e tirando as medidas do terreno com muito acerto e inteligência, conduzindo em 1704 por ordem do secretario Roque Monteiro Payam desta corte the a Villa de Santarem hum regimento olandes e daí até à Villa de Abrantes e nesse mesmo anno foi para essa villa assistir á obra de fortificação que estava feita e acompanhar o Conde Apozentador Mor á Campanha da Beira com a occupação de architecto da Casa das Obras dos Paços. Em 1705 assistiu na Campanha do Alentejo no exercito que saiu no 1º de outº assistindo a se levantar huns redutos, q. se mandaram fazer á borda do Guadiana"; Joseph Pinheiro da Silva alega ser "sargento mor Architecto na Casa das Obras há mais de 12 anos, fazendo tudo o q. lhe mandarão, tendo frequentado as aulas, sendo o mais antigo e haver sido examinado em varias sciências, geometria, trigonometria e seus fundamentos e as mais materias de Mathematica precisas á sobredita obrigação"; João Baptista de Barros alega "ser architecto civil e militar, de concorrer nele todos os requzitos necessarios pº bem poder exercitar o dº lugar por ser perito e muito pratico, como consta da certidão do lente da Aula de fortificação que ofereci, e da carta q. o senado da Câmara passou como architecto da cidade". Com effeito, testemunham Domingos Vieira que diz ser ele "architecto civil vay para tres annos q. continua na dita aula estudando architettura militar – artilharia, astrologia, geometria, expeculativa e pratica" e o Conde Prezidente vereador das Obras da Cidade de Lisboa e procuradores dos misteres dellas que fazem saber "aos que esta carta virem q. perante nós pareceu por sua petição Joam Bautista de Barros Architecto Civil e Militar q. por fallecimento de Joam Antunes architecto da Cidade q. esteve para (...) e q. no supplicante concorriam os requzitos necessarios para bem servir o dito lugar como consta na certidam pedindonos q. atendendo a capacidade do supplicante e a de estar servindo no officio de M.e Carpinteiro da Cidade lhe fizessem mercê de prover no dito lugar de architecto da cidade"; Joseph Roiz Ramalho diz ser "medidor das obras de Sº Mag.e, serve na Praça de aprender architettura civil há 20 annos e muita experiencia em architettura e medições"; Carlos Baptista Garvo diz ser "mestre pedreiro e architecto e ter requzitos necessarios por ser muito perito como poderá constar".

<sup>5</sup> Diz ter "os requzitos pº o dº Lugar, assim pela sciencia do risco, como pella operação manual, e exercicio aritmetico q. he muito util pº a medição das obras, e em todas as mais disposições necessarias". Apresenta como testemunhas Manuel Antunes e Domingos Noqueira pedreiros e juizes do dito officio "certificamos q. o spp.te e mais perito q. qualquer edeficio q. se lhe offerecer assim de templos como de palacios e experiente na arte de debucho para os adornos dos d.ºs edeficios executor em pedra lavrada, aritmetica e todas as sciências referidas assim pelas obras q. lhe temos visto deleniar". Esta afirmação está de acordo com o que dele diz Ayres de Carvalho, que o dá como architecto e pintor de óleo, trabalhando na Capela dos Agonizantes em S. Roque, e na de S. Joaquim e de Sant'Ana no Convento de Nossa Srª do Carmo (in D. João V e a Arte do seu tempo, Ma-

fra:1962, vol. II, pp. 234 e 235. Era ao tempo, representante da Casa de Aveiro, a 6ª Duquesa, D. Maria Gualupe de Lencastre, irmã dos 4º e 5º duques. Casada com D. Manuel Ponce de Leon, conde de los Arcos, dele se divorciaria para regressar a Portugal na companhia do seu 2º filho, e tomar conta do titulo.

<sup>6</sup> AYRES DE CARVALHO, opus cit., vol. II, p. 99 "Vade-mécum dos architectos reais de 1580 a 1750".

<sup>7</sup> É muito interessante o teor desta certidão pois confirmamos os nomes, para além de Rodrigo Franco, de outros medidores reais "José Sanches da Silva, Carlos Mardel, Cap. Rodrigo Fr.º, e Ajudantes Eugénio dos Santos e Carvalho, Elias Sebastião Poppe e M.el da Costa Negreiros todos os 6 juntos unanime e indifferente meçam e avaliem por inteiro não só suas reais obras mas as q. forem feitas pelos Tribunais desta Corte. 13 de Agosto de 1745. Ordem de Sua Magestade".

<sup>8</sup> "O supp.e tem por exercicio o mesmo emprego concorrendo mais na sua pessoa sciencia pratica adquirida em todos os actos a q. asestia em companhia de seu pay como seo ajudante recorre a real benignidade de V. Mag.de se digne provello no emprego de Architecto do Regio Tribunal da Meza da Consciencia e Ordens Militares para assim melhor poder acudir ao dezamparo em que fica a sua caza".

<sup>9</sup> Que, em requerimento datado de Junho de 1802, se apresenta como "Architecto de V.ª do Conselho da Real Fazenda e da Real Junta do Commercio e Medidor daos Paços Reais pela Caza das Obras, e das Publicas q. tendo servido 49 annos nos ditos empregos".

<sup>10</sup> Que se apresenta como "architecto do Real Conselho da Fazenda, Agoas Livres e Medidor das reais Obras, tendo servido já nas mesmas Ordens na planta do Convento de Palmela".

<sup>11</sup> 21 de Outubro de 1778, que vagou por falecimento do sargento Mor Ellias Sebastião Poppe.

<sup>12</sup> 4 de Março de 1788, "tudo na forma do 1º architecto Mateus Vicente de Oliveira", auferindo 425 mil reis por ano.

<sup>13</sup> Diz D. João da Costa Patalim : "desde 1776 serve na Real Casa das Obras em diversos empregos e officios como medidor encartado, 2º Architecto, encartado, talentos estudos e applicação praticados em Italia, onde esteve m.tos annos fazendo despesas á sua custa para poder util a sua Patria e aos Estados, fizera com que fosse chamado por Sua Magestade para esta Repartição e tb por ser filho do Capitam Eugenio dos Santos de Carvalho q. igualmente foi 2º Architecto da referida Caza das Obras e q. se distinguiu sempre no serviço de Sua Magestade, tanto nesta provincia como na do Alentejo".

<sup>14</sup> "atesta q. esteve 8 annos em Italia e estuda architettura Civil e Militar. Tem dado manifestas provas da sua habilitade em diversos riscos da sua invenção e desenho, q. tem aprezentado nesta Corte".

<sup>15</sup> Diz Ayres de Saldanha e Albuquerque Coutinho Mattos Noronha "q. o nomeou em tudo o que diz respeito ao seu emprego, na Repartição como Inspector Geral do Provimto do Exercito tanto nas Comissões particulares, como na Direcção Geral do Cantonamento das Tropas Britanicas Auxiliares".

<sup>16</sup> Atesta que "desempenhou incumbências pertencentes á Comodidade e interesse do Publico".

<sup>17</sup> Atesta que "foi servido mercê da Propriedade Vitalicia de Officio de Architecto das Obras da Cidade (...) o qual vagou por morte de Remigio Frº sendo obrigado a hir prontamente a todas as vistorias respectivas ás obras que no Senado se mandar fazer e ás de utilidade publica para que for chamado (...) e fará todas as plantas e desenhos que o mesmo Senado lhe encarregar no serviço da cidade gratuitamente e só nas vestorias das partes que devem pagar custas haverá o que lhe tocar e lhe pertencer...".

<sup>18</sup> Nascido em Roma em 1754, a sua actividade como literato e crítico de arte inclui as biografias de vários artistas, nomeadamente de Angelica Kaufmann.

<sup>19</sup> "são quatro os opozitores ao Lugar de Architecto das Ordens Militares. Não trato do 1º requerente, Joaquim de Oliveira, architecto do conselho da real Fazenda porque a morte pos termo com a sua vida as suas pertenções. Segue-se tratar de Frº Antº de Souza, filho do acima referido M.el caetano de Souza; porem na certeza de q. semelhantes empregos não podem ser hereditarios, não he elle conceituado de maneira q. por ora se possa encarregar de obra de consideração. O Sargento Mor do Real Corpo de Engenheiros se acaso não concorresse com o ultimo pertendente, Joaquim de Oliveira, Tenente Coronel do M.to Real Corpo, deverá, a meu ver, ser contemplado, porem o credito e Geral Conceito do ultimo he tão bem confirmado entre todos, o seu merecimento tão distincto e as suas fadigas em tão importantes obras como são as que tem sido encarregado sobre sahindo sobre todas as que passou na construção das estradas, as unicas que tem o Reino, o fizeram preferir a todo qualquer que com elle e opozitor. Lisboa, 22 de Janeiro de 1803, Antº Jozé Gusmão."

<sup>20</sup> Segundo decreto do Palácio de Queluz datado de 31 de Junho, e confirmado pela Mesa em 6 de Setembro do mesmo ano. Em 18 de Junho de 1815 Francisco António de Sousa pede licença pou um ano, para se deslocar ao Rio de Janeiro "em negócios da sua caza". Uma petição datada de Outubro de 1817 mostra que teria sido envolvido numa conspiração "Diz Frº Antº de Souza preso na cadeia desta Corte que pella sentença proferida na Comissão Ordenada para julgar os reos compreendidos na conspiração descoberta nesta capital que agora se fez publica pela imprensa foi condemnado em degredo perpétuo para Angola e confisco de bens sem que porem fosse(...) das suas honras e privado de empregos que tem exercido por Mercê real immediata, o que prova q. não foi julgado traidor ou cúmplice na mesma conspiração. E porq. ao supplicante se estão devendo os quartéis de Março, Junho e Setº ...". Por carta de 7 de Abril de 1818 seria investido no cargo João Diogo Passos Peixoto, apesar de em 1821, Francisco António de Sousa ter pedido para ser admitido, de novo, no referido emprego, o que lhe é negado pelo Rei em Agosto de 1822 tendo-lhe sido concedido, apenas, vencimento como militar.

**TERESA DE CAMPOS COELHO,  
Arquitecta, mestre e doutorada  
em História da arte.**

## 20 anos de actividade com o mesmo objectivo:



A Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos (APAC), actualmente sedeadada no Forte de S. Bruno em Oeiras, nasceu em 1983. Quase 20 anos depois, a APAC continua a alertar para a necessidade de preservar o Património Histórico e Militar, através de diversas iniciativas que obriguem a esta tomada de consciência.

O património edificado como sejam os castelos, fortalezas, praças fortes, atalaias ou estradas romanas é o objecto de estudo desta associação que, não sendo uma instituição interventiva, procura divulgar e alertar

para a salvaguarda do nosso património, junto das entidades com responsabilidades nesta matéria.

Em entrevista à **Pedra & Cal**, Francisco Sousa Lobo, presidente da APAC, dá a conhecer os projectos, as conquistas e os sonhos de uma associação que ainda se considera "muito jovem".

**Pedra & Cal:** A APAC está quase a festejar o vigésimo aniversário. Qual o balanço que faz destes primeiros 20 anos de actividade?

**Francisco Sousa Lobo:** Bem, posso dizer que

o balanço é positivo. Mas também não falta à verdade se afirmar que a APAC, mesmo com quase duas décadas de existência, ainda é uma associação muito jovem. Uma associação demora muitos anos a criar, mas sinto que a APAC está a desempenhar um papel importante. Convém salientar que nós não fazemos marketing nem elaboramos estratégias de divulgação. Portanto, trabalhamos em "silêncio" e esta é a nossa estratégia. É uma rede de divulgação silenciosa. Aliás, achamos que o crescimento rápido é perigoso e efémero. O património é silencioso. São séculos de camadas de actividade de várias pessoas. Portanto, devemos ter uma mentalidade apropriada. Esta não é uma área de intervenção rápida, é uma área que tem de ser lenta, mas consistente. Não pode haver conflitos entre as diversas entidades ligadas ao património. Pode haver divergências, existir oposição, mas não pode haver conflito. Nunca se pode quebrar o diálogo entre entidades do património, porque o património é uma coisa que só pode ser sustentada com a opinião de todos, mesmo sendo contraditória.

**Pedra & Cal:** Ainda assim, a APAC tem conseguido cumprir os seus objectivos. Um desses objectivos passava por atingir os dois mil associados a curto prazo. Actualmente a Associação tem 2200 associados. Qual a estratégia para a motivação?

**F.S.L.:** Penso que está relacionado com a nossa abordagem, com a forma como interagimos com as pessoas. Conseguimos aliciar os nossos associados criando um sistema de visitas de estudo muito intenso, que está a dar resultados excepcionais.

Nós temos, de longe, o maior programa de actividade de todo o país. Não existe nenhu-

## Entrevista ao Engenheiro Francisco Sousa Lobo

# Divulgar o Património Histórico

ma associação ou entidade não governamental que realize o número de eventos que nós realizamos. O que é que fazemos? Criamos um sistema de visitas de estudo em Lisboa, em todo o país, e também no estrangeiro. Possuímos estas três valências (em Lisboa, durante a semana; no resto do país, aos fins-de-semana; e lá fora, todos os trimestres). Este programa permite às pessoas tomarem contacto com o património o suficiente para terem vontade de o proteger.

Este é um dos segredos. Por exemplo, posso dizer que vamos à Índia, ao Brasil e a Marrocos todos os anos. Andamos a ver as fortificações na área do Mediterrâneo. As nossas visitas têm também a vantagem de serem acompanhadas pelos técnicos locais. Já formamos várias redes de técnicos em diversas áreas que nos permitem um contacto muito mais próximo com os nossos locais de visita.

**Pedra & Cal:** Mas as visitas de estudo não justificam a entrada de associados na totalidade. Que outras iniciativas poderão levar ao associativismo?

**F.S.L.:** Nós procuramos oferecer um leque variado de opções, todas relacionadas com o Património Histórico. Por exemplo, organizamos todas as quintas-feiras palestras nas instalações, sobre as mais diversas temáticas. O nosso objectivo é envolver as pessoas de todas as áreas de actividade, não temos uma visão elitista do património.

Procuramos ser uma estrutura que atravesse a sociedade na horizontal, digamos na diagonal para compreender toda a gente, e defendemos que todos podem desempenhar um papel na preservação do património, mesmo aqueles que têm menores níveis de escolaridade.

Um outro exemplo que ilustra o nosso trabalho são as acções que estamos a levar a cabo junto das Câmaras Municipais. Estamos a tentar, com o apoio das autarquias locais, organizar cursos de formação, cujo objectivo é dotar potenciais "guias" que vivam per-

to dos monumentos e que estejam disponíveis para os vigiar e para os dar a conhecer como pontos turísticos.

A primeira tarefa passa sempre por "entrevistar" estas pessoas e apurar os seus níveis de conhecimento. Suponhamos, que se trata de um homem, analfabeto, de 68 anos, que foi agricultor. Este homem sabe, com certeza, os nomes das plantas, das árvores, das aves e, provavelmente, os nomes da topografia do local, das pedras, da paisagem...

Nós podemos tentar apurar o saber desta pessoa e depois arrumar-lhe as ideias. Por-

dir-nos a formação necessária porque nós não temos, neste momento verbas disponíveis. Por outro lado, é necessário que esta iniciativa seja divulgada, porque estas coisas só avançam na prática quando começa a haver massa crítica. Outra necessidade passa por fazer planos de manutenção e conservação para os espaços fortificados. Ora o que é um plano de manutenção e conservação? No fundo é passar para papel e rever de uma forma muito concreta os sistemas de conservação e manutenção desses espaços que são os castelos e as fortalezas. Normalmente as autarquias ou o próprio IPPAR têm algu-



*Não pode haver conflitos entre as diversas entidades ligadas ao património. Pode haver divergências, existir oposição, mas não pode haver conflito.*

tanto, juntar alguma informação de base científica e ensinar a pessoa a "guiar" visitas, baseado nos seus saberes e nos "nossos". Estamos a falar de algumas datas ou alguns nomes de entidades ou reis que tenham a ver com o castelo. Por exemplo, algumas técnicas construtivas, mostrar umas imagens dar a conhecer quais são os pontos fortes daquele monumento.

**Pedra & Cal:** Este projecto está a ser implementado em todo o País?

**F.S.L.:** Por enquanto ainda estamos a iniciar as experiências-piloto. Ainda estamos a apresentar a "ideia", usando alguns argumentos que me parecem importantes: as pessoas que estão nos concelhos podem ser guardas e guias do património, estamos a tentar que sejam os próprios autarcas a pe-

mas soluções expeditas para tentar conservar as muralhas, ou os espaços interiores aos fossos, mas não têm uma rotina instalada.

É fundamental avaliar todas as forças disponíveis: quais são as tarefas que têm de ser feitas e podem ser feitas por empresas especializadas? quais são as tarefas que podem ser feitas pela estrutura da própria autarquia? e quais são as tarefas que vão ser entregues aos voluntários? E isto tem de ser feito de uma forma organizada.

O que temos tentado fazer é esta conjugação de esforços, em que as pessoas se comprometem a fazer determinadas tarefas, em determinadas alturas do ano, de uma forma planeada.

Isto é um passo enorme em frente porque se percorrer o país, repara que a conservação



de rotina, a manutenção dos castelos e das fortalezas é feita de forma errática. Como se sabe... lá se lança uma campanha, lá se faz uns restauros, e depois aquilo vai decaindo outra vez. Nem sempre as coisas se mantêm. São raros os castelos e fortalezas que têm uma manutenção permanente. A manutenção permanente seria feita até ao grau de disponibilidade possível. Não estou a falar de intervenções de restauro e conservação técnica que já é muito mais profundo. Estou a falar daquilo que se passa antes disso e depois disso. E este é um passo em frente muito grande e obriga à própria formação das pessoas.

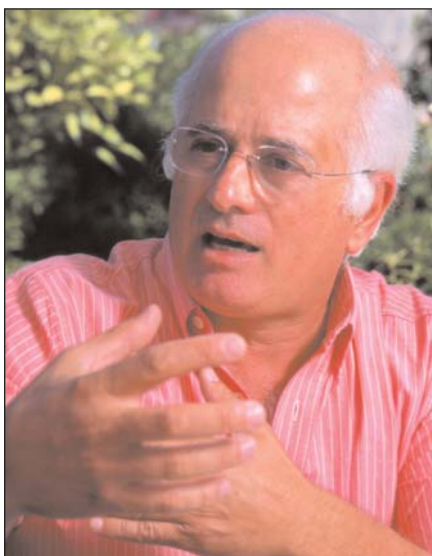
São dois aspectos muito concretos do que também fazemos.

**Pedra & Cal:** Outro dos projectos da APAC passa por construir um *site* específico sobre Castelos e Fortalezas...

**F.S.L.:** É verdade! Trata-se de um projecto algo ambicioso. Temos de fazer algumas parcerias, se calhar com as universidades e também com as autarquias para levar isto para a frente. É um projecto difícil porque há muita informação que circula em livros e em documentos que não está correcta. Considero uma enorme responsabilidade colocar dados na Internet. O que for posto tem de ser dotado de conhecimento científico, actualizado e correcto. E isso está-nos a atrasar e a fazer com que demore mais tempo a lançar o *site*.

Esse *site* também prevê espaços para a opinião das pessoas que visitam os castelos. Estas pessoas podem dar pontuações aos monumentos. Nós queremos montar o sistema de forma a que no fim do ano, nós possamos premiar as entidades que tem o património mais bem conservado e chamar à atenção aqueles que têm as coisas menos bem conservadas. Uma espécie de prémio limão e laranja. Acho que isso é muito estimulante.

**Pedra & Cal:** Enquanto Presidente da APAC, quais considera serem os problemas com que se debate o Património português?



*Temos que aprender todos a fazer uma cadeia de decisões e de planeamento, apelar aos níveis intermédios e ter, de preferência, pessoas muito competentes lá "em cima".*

**F.S.L.:** Em Portugal, não temos uma cultura de previsão, de planeamento a prazo. O que é que acontece? Nós não fazemos os projectos com antecipação. Portanto, as autarquias e as entidades competentes andam a fazer investimentos apressados porque as verbas europeias, os fundos europeus, têm prazos muito curtos e como não temos os projectos feitos com antecedência, na maioria dos casos, o que se passa é que se arranjam projectos da facilidade. O que está a acontecer em Portugal começa a ser grave. São projectos para gastar dinheiro e tentar dar um jeitinho, mas não se vai ao fundo das questões. Por outro lado, temos uma enorme carência de técnicos especializados em restauro. A maior parte da formação das es-

colas de arquitectura são orientadas no sentido do projecto. Temos bons arquitectos para projectos mas para restauro, as filosofias são completamente diferentes e nós temos assistido a intervenções muito más em castelos e fortalezas, porque são intervenções muito intrusivas. Ora o que se pretende é exactamente o contrário, por isso a APAC tem desenvolvido todos os esforços para fazer passar esta mensagem.

Outro problema passa pelo défice nas chefias intermédias que muitas vezes não assumem as suas responsabilidades e passam o problema para cima. Temos que aprender todos a fazer uma cadeia de decisões e de planeamento, apelar aos níveis intermédios e ter, de preferência, pessoas muito competentes lá "em cima". Como é que nós vemos que isto não está bem? Porque isto se repete por todo o país. Mesmo os programas de nível regional e autárquico, têm os mesmos vícios dos programas feitos pelos departamentos de Estado. E, portanto, neste momento, o problema não é os castelos estarem abandonados, o problema é os projectos que estão a ser feitos, muitos deles não são adequados ou não são os mais necessários. E também há os castelos abandonados mas já não há muitos porque os castelos estão muito na moda. Não há autarca nenhum que não queira pôr a mão num castelinho e isso é bom. Mas depois é preciso conciliar esse desejo.

**Pedra & Cal:** Por falar em desejo, como é que gostaria de ver a APAC daqui a 20 anos?

**F.S.L.:** Bem, eu gostaria de ver o sistema que está a ser montado caminhar por si próprio. Existem áreas que já funcionam em "automático". O que procuro é criar áreas em automático e depois ir canalizar a minha atenção para as áreas novas.

Entrevista realizada por  
ALEXANDRA ABREU.

# Algumas notas sobre Luís Serrão Pimentel

"O Methodo Lusitano de Desenhar as Fortificações das praças Regulares e Irregulares" corresponde à natureza de um verdadeiro tratado de edificações militar, tendo marcado todo um conjunto de gerações de Engenheiros e Arquitectos que se arrastaram até ao final do séc. XIX princípios do séc. XX.

Luís Serrão Pimentel, seu autor, é também responsável de dois estudos de natureza diferente: Roteiro do Mar Mediterrâneo, de 1675, e Arte Prática de Navegar, de 1681. Estudou no colégio dos Jesuítas de Stº António a arte de fortificar, assim como matérias que a suportaram, designadamente a Matemática e a Geometria.

Fundador em 1614 da Aula de Artilharia em 1641 <sup>(1)</sup>, Pimentel leccionava Matemática, Ciências Militares e Cosmografia dado a sua qualidade de cosmógrafo-mor, cargo para o qual foi nomeado em 1667.


Como militar, e na qualidade de engenheiro-mor do Exército em 1663 do Alentejo, participou num conjunto de batalhas nomeadamente na Linha de Elvas, tendo também intervindo activamente nas fortificações raianas de Elvas, Mourão como em muitas outras como são exemplo Estremoz, Castelo de Vide e Portalegre.

O saber da prática aliado à teoria dos seus manuscritos como o "Tratado da Opugnação, e a defesa das praças" servia de método de ensino, cujo um dos objectivos assentava em duas abordagens ao projecto da fortificação sempre suportados por regras geométricas, conferindo um carácter operativo a este processo de abordagem, sem nunca, no entanto, perder o enquadramento de Ciência e simultaneamente de arte. A própria Arquitectura Militar passa a ser entendida como ciência e consubstanciando a fortificação da "praça".

O sentido de fortificação é, neste caso, trans-

posto para o sítio que irá determinar o assentamento urbano ou a própria manutenção das estruturas urbanas preexistentes, comportando toda uma reflexão sobre as infra-estruturas de suporte incluindo os mecanismos de segurança, neste caso de defesa, incidindo as suas preocupações na regularização dos polígonos irregulares.

Pimentel é sem dúvida um homem de ciência, que tem uma visão dinâmica do território, cujo formação e investigação deu lugar à tratadística, que se autonomizou na sua

obra fundamental, sem no entanto nunca perder o carácter didáctico exercido quer pela docência quer como engenheiro de obras militares. 

<sup>1</sup> Posteriormente denominada de Aula de Fortificação e Arquitectura Militar funcionava na Ribeira das Naus.

**JOÃO SOUSA MORAIS,**  
Arquitecto e Professor da F.A. – U.T.L.

Pub  
Sociedade  
de Construções

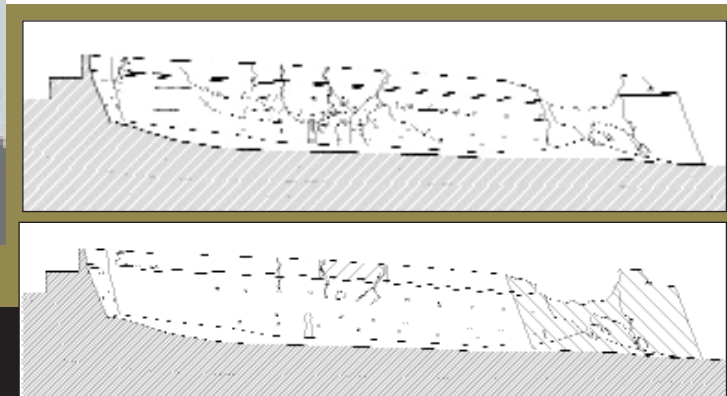
PUB



Fig. 1: Levantamento fotogramétrico com a produção de uma ortofoto do troço da muralha (em cima).

Fig. 2: Registo de anomalias (em cima à direita).

Fig. 3: Apresentação de uma hipótese para a consolidação da muralha (em baixo à direita).



## Fotogrametria do troço de muralha do Forte de São Sebastião

A execução de um levantamento, contínuo em termos espaciais, pode ser um requisito fundamental para estudos que se pretendam fazer de uma construção. Tal requisito torna-se essencial quando se lida com o património construído protegido quer numa perspectiva de engenharia quer arquitectónica ou artística, porque, para o sucesso da intervenção, é necessário planear sobre uma base gráfica fiável e representativa do objecto.

Concebida para um campo vasto de aplicações, a fotogrametria permite o levantamento rápido e fiável de edifícios, monumentos e outras construções, servindo de base para o levantamento dos seus materiais e anomalias. Baseado na observação e registo fotográfico do mesmo objecto de dois ou três ângulos diferentes, o levantamento fotogramétrico permite a reconstituição de um objecto tridimensional a partir de imagens bidimensionais. Exemplifica-se, adiante, um caso em que o levantamento fotogramétrico consti-

tuiu uma ferramenta importante para a elaboração dos estudos da conservação de fortificações.


Estudo 1 – "Elaboração do projecto de execução para consolidação e reforço da muralha nascente do Forte de S. Sebastião". Este estudo, solicitado à Oz pela Câmara Municipal de Castro Marim, compreendeu as seguintes fases:

1. Levantamento da geometria actualizada da muralha e da topografia do terreno onde está implantada;
2. Avaliação da capacidade resistente da muralha sob o efeito de acções sísmicas;
3. Elaboração do estudo prévio;
4. Elaboração do projecto de execução, do processo de concurso para o lançamento da empreitada e do plano de segurança e higiene da mesma.

Neste estudo, o levantamento fotogramétrico do troço da muralha, complementado com o levantamento topográfico da sua envolvente, permitiu realizar um conjunto de registos gráficos (planta,

secções e alçados), que serviram de suporte para a localização, qualificação e quantificação das diferentes anomalias existentes na construção, assim como ilustrar diversas hipóteses para a sua consolidação e reforço.

Dada a necessidade de definir acções correctivas para as zonas com anomalias (tais como desagregação e destacamento de rebouco, juntas abertas, fissuração, etc.), tirou-se partido do levantamento fotográfico digital realizado, com a sua aplicação sobre o modelo tridimensional gerado, o que permitiu obter alçados com a informação textural e o registo expedito das anomalias observadas no local.

Nas Figs. 1, 2 e 3 apresenta-se os registos gráficos realizados durante as diferentes fases do estudo. 

PAULO AIRES, Arquitecto da OZ.



# Valorização da cerca do castelo da Vila de Óbidos

O concurso, promovido pela Câmara Municipal de Óbidos e pelo I.P.P.C., teve como objectivo a valorização da cerca do castelo (a norte do antigo Palácio dos Alcaldes e actual pousada) e o seu enquadramento paisagístico, em particular, as encostas poente e nascente do castelo, dentro de um vasto perímetro de intervenção que também engloba a capela da Sr.<sup>a</sup> do Carmo, ou Mocharro, monumento classificado.

O projecto baseou-se na ideia dos centros históricos como locais de oferta de serviços, equipamentos, e de qualidade de vida, exigindo a modernização de velhas estruturas e também a sua reutilização como objectos de contemplação cénica, lúdica e cultural. Admitia também a possibilidade de trabalhar "sobre" o património como acto criativo, valorizando-o, respeitando-o e aceitando a necessidade estimulante de introdução de novos elementos construídos, percursos, edificações, muros, árvores, pavimentos e iluminação como trabalho de valorização integrado.

## Propostas do programa:

1. Organização de um novo acesso à porta Norte da Cerca do Castelo através de um elevador "funicular", e de caminhos de

peões. Restruturação da estação de caminhos-de-ferro, e criação de zona de estacionamento, junto do Rio Arnoia, para serviço do acesso ao funicular e caminhos pedonais.

2. Restruturação da cerca criando um anfiteatro de ar livre para 250-300 pessoas; um café snack-bar e esplanada abrindo sobre a nova praça; espaços arborizados e percursos pelas muralhas do castelo; espaços para espectáculos de ar livre, aproveitando e explorando o cenário constituído pelo próprio castelo, suas muralhas e a paisagem do concelho de Óbidos.

3. Recuperação para núcleo museológico da Capela de N. Sr.<sup>a</sup> do Carmo – Mocharro – e a sua ligação à vila através de uma escadaria traçada a cordel e um caminho sinusoidal (serpentina), descendo pela encosta a partir da porta Poente.

4. Tratamento paisagístico da encosta poente e criação de caminhos de peões.

A primeira fase, no interior da cerca, já se encontra concluída. A segunda fase será constituída no interior da cerca pelo café-restaurante, esplanada e sua "praça de estar", e no exterior da cerca, pelo acesso da cota baixa (funicular), pela zona da capela da N. Sr.<sup>a</sup> do Mocharro e do campo da bola e da escadaria em serpentina de ligação à capela.

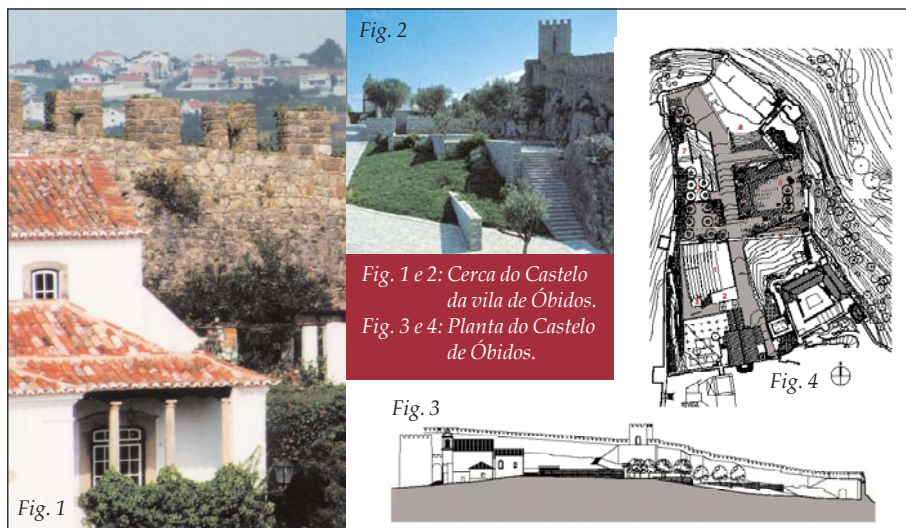


Fig. 2

Fig. 1 e 2: Cerca do Castelo da vila de Óbidos.  
Fig. 3 e 4: Planta do Castelo de Óbidos.

Fig. 3

Fig. 4

## CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS

Instituto Português do Património Cultural (I. P. P. C.)

Projecto vencedor em concurso público de ideias (Março de 1991)  
Projecto iniciado em 1993  
e concluído em 1996

1ª FASE – Obra iniciada em 1997  
e concluída em 2000

2ª FASE – Obra a iniciar em 2002  
e a concluir em 2004

## EQUIPA DO PROJECTO

### Arquitectura e Coordenação:

Prof. Arq.<sup>o</sup> José Manuel  
Ressano Garcia Lamas

### Colaboração: Arq.<sup>a</sup> Maria Luísa

Lucas Rodrigues Pires Lamas,  
Arq.<sup>o</sup> Ricardo Back Gordon,  
Arq.<sup>o</sup> Carlos Vilela Lúcio (fase  
concurso), Arq.<sup>o</sup> Nuno Freitas Lopes  
e Arq.<sup>a</sup> Margarida Bernardo  
(projecto execução)

### Fundações e Estruturas:

Eng.<sup>o</sup> José Heitor Pontes Nunes

### Instalações de Águas,

### Esgotos e Drenagens:

Eng.<sup>o</sup> Adelino José Barradas Leitão

### Instalações

### e Equipamentos Eléctricos:

Eng.<sup>o</sup> Rúben Manuel Correia Sobral

### Arquitectura Paisagística:

Arq.<sup>a</sup> Sofia Pereira  
dos Reis Rodrigues Pires  
Instalações e Equipamentos  
Mecânicos de AVAC:  
INTEC – Eng.<sup>o</sup> Celestino  
Viegas Rodrigues.

**Construtor (1ª fase):** Orlando Domingos dos Santos, Lda

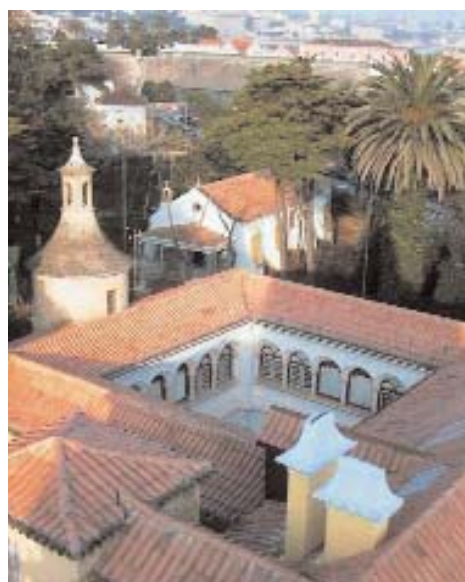
Custo total (1ª e 2ª fases):  
2.600.000 euros

### Exposições/Publicações:

Exposição dos projectos premiados nas instalações culturais da Câmara Municipal de Óbidos – 1991  
Referências em diversos jornais, com destaque para o semanário *Independente* de 22 de Março de 1991



Capela de S. Sebastião.



Coberturas do Museu Condes de Castro Guimarães.



Pormenor das coberturas do Museu Condes de Castro Guimarães.

## Recuperação das coberturas do Museu Condes de Castro Guimarães

Obras de Recuperação e Reabilitação no Museu Condes de Castro Guimarães e na Capela de S. Sebastião, em Cascais, efectuadas pela MIU - Gabinete Técnico de Engenharia, Lda.

A MIU é uma empresa de construção civil e obras públicas, que ao longo da sua existência tem vindo gradualmente a formar e a criar condições tanto humanas como técnicas, para uma especialização na reabilitação de edifícios e património arquitectónico, para a qual está totalmente vocacionada. Sendo associada tanto da AECOPS como do GECORPA (Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico).

O Eng.º Pedro Silva, director técnico da obra,

descreve os trabalhos executados nos edifícios (classificados como Património Histórico), realçando ter sido esta uma das obras mais emblemáticas para a empresa no ano de 2001, não esquecendo no entanto a Remodelação das Coberturas da Ala Poente dos edifícios da Praça do Comércio, que foi uma obra com alguns trabalhos semelhantes e de maior envergadura.

A razão da escolha da empreitada em referência prende-se especialmente por uma intervenção mais diversificada, pois a Capela de S. Sebastião foi totalmente reabilitada tanto a nível do madeiramento estrutural da cobertura, colocação de subtelha, isolamento térmico-acústico, telhas de canudo envelhecidas, como também de revestimentos interiores e exteriores, limpeza de cantarias por processos não destrutivos, reparação e pintura com tintas adequadas do madeiramento do coro, portas e janelas, bem como a introdução de Instalações Especiais (Instalação Eléctrica, Intrusão, Incêndios e Som). De realçar ainda a descoberta de dois nichos laterais, junto ao altar-mor, quando da picagem dos rebocos

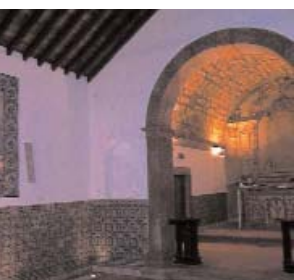
existentes, que foram recuperados e preservados.

No edifício do Museu, além da substituição do revestimento das coberturas, de modo idêntico ao executado na Capela, também se reparou toda a estrutura de madeira que se encontrava deteriorada, bem como reparações e pinturas com tintas apropriadas no interior, nomeadamente no quarto e escritório dos Condes, torreões, escadas e instalações sanitárias do claustro.

Os processos construtivos utilizados foram os tradicionais tanto no entalhamento das madeiras como nas argamassas bastardas aplicadas.

Com os processos e materiais de revestimentos aplicados, manteve-se o aspecto estético dos edifícios, cumprindo-se as Directrizes da Norma de Restauro e Preservação de Monumentos (Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios).

**ARTUR CORREIA DA SILVA,**  
Engenheiro, MIU.



Capela de S. Sebastião interior.





# Intervenção na Igreja de Santa Maria

## – Castelo de Palmela

Monumento classificado de interesse nacional desde 1910, o Castelo de Palmela apresenta um elevado e reconhecido interesse histórico e patrimonial, sendo alvo de um Projecto de Recuperação e Animação (PRAC) desde 1992, estabelecido a partir de um programa criado para este efeito.

Na sequência dos diversos trabalhos de recuperação realizados no Castelo, a intervenção na Sacristia da Igreja de Santa Maria considerava-se como a mais ambicionada de modo a deter o avanço do tempo sobre as suas frágeis ruínas. A Igreja, considerada a sede da primeira paróquia da Vila de Palmela, foi erigida no século XII em pleno Período Românico, encontrando-se em ruínas desde 1755, em consequência do grande terramoto, restando do conjunto os portais de entrada e a Sacristia.

A intervenção prevista para o local consistiu na recuperação do módulo correspondente à Sacristia para instalação do Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GESOS). Avaliado o estado de conservação do imóvel, propôs-se um plano de execução de trabalhos que interagisse de forma equilibrada com a estrutura existente, de modo que a perturbação exercida fosse minimizada.

Os trabalhos prosseguiram organizados em naturezas distintas, nomeadamente na recuperação de elementos existentes no edifício e na construção de novos elementos a introduzir.

### Recuperação de elementos existentes

A intervenção de recuperação efectuada no interior e exterior da Sacristia compreendeu diversos trabalhos de reparação de rebocos em paramentos de alvenaria de pedra irregular argamassada.

Os muros de pedra, juntamente com o pavimento de acesso no exterior da Sacristia e que indicam ao visitante a direcção da entrada, foram totalmente revistos de modo a repor a uniformidade e rigidez ao conjunto.

Em consequência da época de chuvas, o muro exterior à igreja encontrava-se em grande



parte derrubado. A sua reconstrução foi efectuada através da utilização de técnicas tradicionais que passaram pela escolha criteriosa das pedras a utilizar, ensaios às argamassas de assentamento e de reboco, nomeadamente ao nível da respectiva constituição mineralógica e cromática. Dos ensaios efectuados, concluiu-se que a argamassa a utilizar seria constituída por cimento branco, cal hidratada, areia amarela lavada e areia amarela nas proporções 1:1:5:2, respectivamente.

No muro interior à igreja bem como nos paramentos exteriores da Sacristia, por o estado de conservação o permitir, foram apenas utilizadas argamassas em preenchimento de vazios e na substituição de pedras quando necessário.

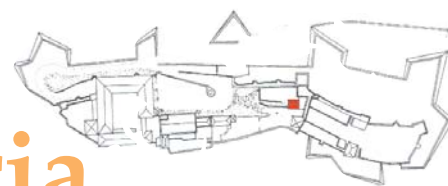
A cobertura apresentava graves infiltrações comprometendo a estrutura em abóbada de tijolo, pelo que também foi alvo de intervenção. Para o efeito foi retirado o antigo revestimento e aplicadas telas betuminosas e impermeabilizantes sob o novo revestimento de tijoleira cerâmica tradicional.

As superfícies pétreas das cantarias e da cruz que remata a Sacristia foram limpas e protegidas dos microrganismos e das agressões atmosféricas.

### Execução de novos elementos

Relativamente à criação de novas estruturas no interior da Sacristia, foi executado um piso elevado em madeira, suportado por vigas de madeira de carvalho encastradas nas paredes longitudinais.

No piso térreo foram utilizadas vigas metá-



Vista da sacristia, à esquerda, e esculpir do símbolo da Ordem de Santiago, em cima.

licas, melhorando-se deste modo a capacidade de carga do pavimento para as futuras utilizações.

Foi também executada uma escada em madeira de carvalho para acesso ao referido piso elevado. Neste piso funciona a biblioteca especializada e o centro de documentação equipado com diverso mobiliário construído no mesmo tipo de madeira.

Para rematar as novas estruturas foi construída uma abóbada em aço inox no pátio da entrada, contíguo à Sacristia, obrigando a um meticuloso trabalho de conjugação de materiais. A nova abóbada apoia-se nos pontos de nascença da que ali existira outrora e da qual ainda restam alguns vestígios.

O quarto ponto de apoio desta nova abóbada é um pilar antropomórfico, composto por elementos em pedra calcária esculpida com o símbolo da Ordem de Santiago.

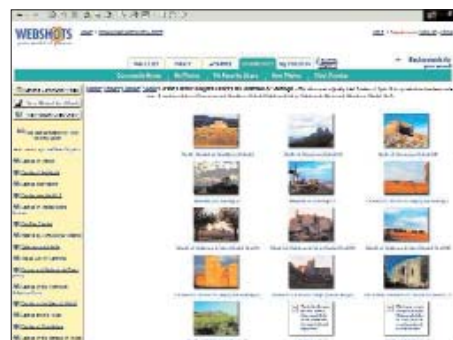
### Considerações finais

O edifício em causa e os trabalhos envolvidos obrigaram a um elevado grau de especialização com recurso a técnicas tradicionais e avançadas, adequadas à natureza específica da intervenção.

Como resposta a este desafio, a Monumenta correspondeu com uma postura baseada em princípios fundamentais de rigor, contenção e responsabilidade, presentes na equipa técnica e na metodologia de trabalho.

**ROSA BASTOS,**  
Arquiteta, MONUMENTA.





# Castelos na Internet

## *Um mundo por conquistar!*


Várias vezes ouvi dizer que Portugal é um dos países (se não o país) com as fronteiras originais mais antigas do mundo, certamente que muito à custa dos castelos conquistados e construídos por D. Afonso Henriques (recomendo a recente biografia da autoria do Professor Freitas do Amaral). Bom, onde andam esses castelos? Procurei e pouco encontrei, pelo que destaco apenas o *site* Castelos de Portugal, em <http://castelosdeportugal.no.sapo.pt>, apesar do grafismo de "jogo de computador", apresentando muita informação e fotografias sobre 131 castelos nacionais – um esforço considerável. À distância de um *click*, na senda dos extraordinários castelos de Espanha, encontrei bastante informação estruturada e organizada. Fica o recado...

1. Os *sites* sobre castelos são inúmeros e para cada país encontrará informação sobre o respectivo património militar (até o Japão tem castelos!). Para quem quiser aprofundar o tema, todos os *sites* estão bem relacionados por uma teia de *links* bastante completa. Aqui dou conta de alguns que achei interessantes, a começar pelos castelos da Escócia, em [www.rampantscotland.com](http://www.rampantscotland.com), os castelos da Alemanha, em [www.mediaspec.com/castles](http://www.mediaspec.com/castles); em [www.castlewailes.com](http://www.castlewailes.com) poderá conhecer os castelos de Gales e numa perspectiva global (com o sugestivo título ao género americano), os castelos do mundo estão disponíveis em [www.castles.org](http://www.castles.org), noutra perspectiva mais ao estilo europeu, os castelos na Web estão em [www.castlesontheinternet.com](http://www.castlesontheinternet.com). Dos que mais gostei, foram as belíssimas fotografias

dos Castelos de Espanha, em <http://community.webshots.com/user/castlesofspain> e o *site* sobre os castelos de Sória, vencedor do 1º prémio Internet 2001 da Junta de Castela e Leão, em [www.castillosdesoria.com](http://www.castillosdesoria.com).

2. Para aqueles que se interessam pela temática dos Castelos aqui ficam algumas recomendações de grupos de estudo e associações, a começar pelo Symposium Internacional de Castillos, que decorreu em Espanha entre 15 e 17 de Março, e cujo endereço em [www.castle2002.es.org](http://www.castle2002.es.org) nos dá a conhecer detalhes sobre o encontro. Na página do Castle Studies Group, em [www.castlewailes.com](http://www.castlewailes.com), está uma descrição das actividades e objectivos no estudo e promoção dos castelos, que a avaliar pela comissão científica parece ser coisa séria. Em termos associativos, a Asociación Española de Amigos de los Castillos, em [www.castillosasociacion.es](http://www.castillosasociacion.es), apresenta uma página bem estruturada e apelativa, pelo que me perdoo o Engenheiro Francisco Sousa Lobo, mas a sua dinâmica Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos (de que sou o sócio n.º 993) merece aqui um cartão vermelho e deveria seguir o exemplo dos "amigos do lado", apostando na presença *online*.

3. Para informação geral sobre a arquitectura militar, há que socorrer-se do Inventário do Património Arquitectónico de cada país. Neste caso, deixo aqui a desforra entre os exemplos português e espanhol, com o nosso *site* a bater aos pontos *nuestros hermanos!* Em [www.mcu.es/bbaa/index.html](http://www.mcu.es/bbaa/index.html) pode o

leitor consultar o Inventário de Bienes Inmuebles de Espanha, na página da Secretaría de Estado de Cultura, do Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, mas tudo o que obterá serão 11 campos de preenchimento simples sobre denominação, localização e protecção. Correndo o risco de falta de isenção (ou não fosse eu colaborador da DGEMN), devo referir o renovado *site* da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt), que permite consultar o Inventário do Património Arquitectónico (IPA) com modos de pesquisa simples, avançada ou geo-referenciada, permitindo cruzar cerca de 27 campos de informação sobre mais de 10 000 registos (dos quais c. 130 castelos) acompanhados de elementos gráficos e fotográficos para cada imóvel. O *site* permite muito mais, mas ficará para outro artigo, por agora apenas uma dica: sabe como era o Castelo de S. Jorge antes de 1940? Pois veja as imagens antigas e surpreenda-se com o "antes e depois" da intervenção. Como comentário final, o *Expresso* vai já no terceiro suplemento Rotas dos Castelos de Portugal (infelizmente não disponível *online*), contudo se for de férias e quiser visitar alguns dos nossos castelos, aproveite o excelente Guia do Turismo de Habitação, disponível em [www.expresso.pt](http://www.expresso.pt). 

JOSÉ LOBO DE CARVALHO,  
Arquitecto, Mestre em Conservação  
do Património pela Universidade de  
York, Inglaterra.

# Malta, baluarte da Europa:

## Desenho militar e fortificações

Nos dias 28 e 29 de Junho tive a ocasião de participar em Itália, no Seminário Internacional intitulado "Malta, baluarte da Europa: desenho militar e fortificações em Malta na Idade Moderna". Organizado conjuntamente pelo Departamento de Arquitectura e Planificação Territorial da Universidade de Bolonha e pelo Ministério dos Recursos e Infra-estruturas de Malta, teve lugar no Centro Universitário de Bolonha, na Fortaleza de Bertinoro.

Este simpósio, preparativo de uma grande exposição internacional a realizar em 2003, integrou-se no projecto conjunto das duas instituições organizadoras, denominado "La Fabbrica delle Mura". Destinado à recuperação global do complexo sistema de fortificações de Malta, foi já iniciado com o levantamento em cartografia numérica à escala 1:500 da cidade de Valletta Floriana e com um número limitado de restauros demonstrativos ligados a estaleiros de aprendizagem.

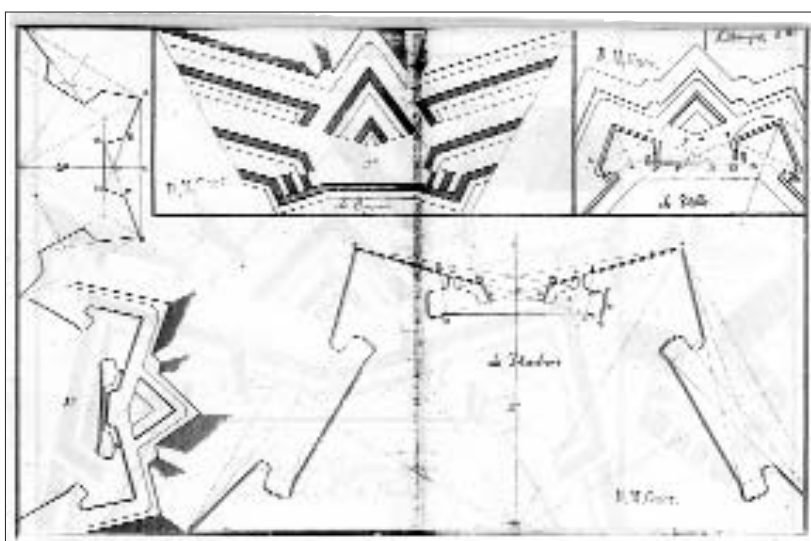
O objectivo principal do simpósio foi o de evidenciar o carácter europeu da experiência urbana e militar do verdadeiro posto avançado do Cristianismo face ao então iminente perigo da expansão otomana no Mediterrâneo. Durante o período da permanência dos Cavaleiros de S. João de Jerusalém na ilha, de 1530 a 1798, Malta constituiu o centro por excelência da experimentação e pesquisa da Arte Militar e a sua contínua actualização esteve na origem do maior e mais complexo sistema defensivo europeu construído durante quase três séculos. As 21 comunicações apresentadas reflectiram pontos de vista e perspectivas

bem distintas capazes de dar uma visão o mais alargada e completa da complexidade deste paradigma das fortificações. O seminário foi aberto pelo Prof. Cuppini da Univ. de Bolonha e por Vincent Cassar, Ministro dos Recursos e Infra-estruturas de Malta que apresentaram o projecto "La fabbrica della Mura". Fabrizio Apollonio da Univ. de Bolonha falou depois das "regras de planificação e dos modelos geométricos no desenho das cidades com planta em forma de estrela". Michéle Zanetta, conservador do Museu da Ordem de Malta em Lugano, dissertou sobre a "Sacra Enfermaria" da Valletta e a dedicação hospitalar primordial dos Cavaleiros. Seguiu-se o Prof. Maurizio Berti, responsável do Município de Pádua, sobre os argumentos da conservação dos sistemas abaluartados, em particular dos muros de terra que constituem as cortinas e os bastiões. Hermann Bonnici, da Divisão de Obras de Malta, falou sobre os problemas específicos do restauro das fortificações maltesas. O tema da diplomacia de guerra e da prática da engenharia militar no início do século XVII foi aprofundado pelo Prof. Dennis de Lucca da Univ. de Malta, que apresentou um estudo sobre o Eng.º Giovanni Battista Verteva. Esta personagem teve a oportunidade de discutir o problema dos sistemas mais avançados da época com colegas italianos, espanhóis e franceses, numa visita que fez em Itália em 1638-39. Teresa Colletta, da Univ. de Nápoles, foi a primeira oradora a referir-se à importância do uso da cartografia histórica militar e em especial dos arquivos secretos, entre os quais o do Arquivo do Du-

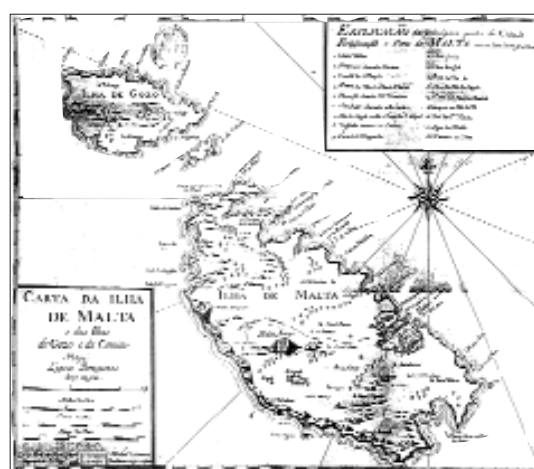
que de Montemar, capitão general de Carlos de Borbon, no século XVIII. A primeira manhã de trabalhos foi concluída com a brilhante comunicação do Prof. Quentin Hugues, da Univ. de Manchester e a maior autoridade sobre fortificações de Malta. Falou de forma magistral da relação entre a consciência comum das dimensões estética e funcional das obras de arquitectura militar, com aplicação especial ao Forte de S. Elmo, que desenhado para resistir a alguns dias de cerco, conseguiu sobreviver ao grande assédio otomano por mais de um mês, em 1565. A segunda parte da primeira jornada foi iniciada com a apresentação do Prof. Angiolo Lenci, de Pádua, sobre "a horrível máquina de artilharia", as fortificações "à moderna" e a guerra de assédio do Renascimento. Seguiu-se a minha apresentação dedicada à "Ciência das fortificações: tratados e academias no contexto europeu", dedicado a estabelecer a relação entre os sucessivos melhoramentos das fortalezas maltesas, a nacionalidade e formação dos diversos engenheiros enviados à ilha e a circulação do saber através da tratadística militar europeia de grande difusão. Por fim, Francesco Menchetti, da Univ. de Bolonha falou dos engenheiros militares do Ducado Roveresco de Pésaro e Urbino, ao serviço de Filipe II e dos Cavaleiros de Malta, com especial destaque de Girolamo Genga e Scipione Campi, autores dos primeiros desenhos da "Cidade Nova" da Valletta, entre 1558-62.

A segunda jornada dos trabalhos foi iniciada por uma curta introdução do Prof. Carlo Monti da Univ. de Bolonha, director do Dep. de Arquitectura. Seguiu-se o

# em Malta na Idade Moderna




Comparação entre diversos sistemas de fortificação (de Pagan, de Ville, de Vauban), in O Engenheiro Português de Manuel de Azevedo Fortes, publicado em Lisboa por Manuel Fernandes da Costa, 1728-29.



Mapa da Ilha de Malta e das Ilhas de Gozo e Comino, por Manuel de Azevedo Fortes, Engenheiro-Mor, João de Abreu Gorgão, geógrafo de Sua Majestade e Jean-Baptiste Michael le Bou-teux, architecto régio, in Malta portuguesa: Memórias da Ordem Militar de S. João de Malta, de Lucas de S. Catarina, publicado em Lisboa, Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736.

Prof. Jean-Paul Saint Aubin da Univ. de Paris I-Sorbonne que apresentou os resultados das primeiras prospecções nas bibliotecas e arquivos de Paris. Stephen Spiteri, actual superintendente das fortificações de Malta e grande referência da arquitectura militar da Ordem, falou brilhantemente das primeiras fortificações *alla moderna* construídas pelos cavaleiros em Malta entre 1530-65. Foi depois, pela Prof.<sup>a</sup> Laura Baratin da Univ. de Bolonha e uma das grandes organizadoras do evento, desenvolvido o tema da relação entre a cartografia histórica maltesa e a cartografia numérica tridimensional e o seu uso como suporte da representação e conservação urbana. O tema da cartografia histórica foi de novo abordado por Albert Ganado, presiden-

te da Sociedade Histórica de Malta, especialista de renome do quase milhar de mapas que representam Malta nos três séculos em referência. A sua comunicação foi especialmente importante por referir os erros possíveis de interpretação destes documentos fundamentais. A última parte da jornada foi ocupada com a comunicação do Prof. Mario Sartor da Univ de Udine, dedicada ao projecto da cidade da Valletta como síntese de experiências contemporâneas. Antes do debate conclusivo, Marino Vigano da Universidade de Lugano, falou do famoso engenheiro Giovan Giacomo Paleari Fratino de Morcote e da sua influência no projecto da Valletta. Esta última comunicação foi particularmente interessante sobre a relação de Frati-

no e Portugal. Enviado por Filipe II ao nosso país, no início da década de 1580, percorreu de norte a sul as diversas fortificações nacionais, produzindo relatórios sobre o seu estado de defesa e sobre os trabalhos necessários ao seu reforço. Foi ainda autor, entre outros estudos, de um projecto para S. Julião da Barra e do projecto do Forte de S. Filipe de Setúbal, que até agora era simplesmente atribuído a Filipe Terzi. 

**JOÃO MASCARENHAS MATEUS,**  
Doutor em Eng. Civil, Mestre em  
Arquitectura. Especialista em Con-  
servação de Monumentos e Sítios  
Históricos. "Cultore della Materia"  
na Univ. La Sapienza de Roma.



# Há edificar e edificar (...),

Propusemo-nos destinar este artigo à enunciação dos requisitos legais de ingresso e permanência na actividade de empreiteiro de obras públicas e particulares, muito especialmente, no que concerne aos requisitos de certificação de capacidade para a execução de obras na categoria referente a património construído protegido.

Porém, em jeito de lugar comum, não resistimos previamente a relacionar os fluxos e refluxos do mercado português de conservação e restauro do património protegido com os ciclos de crescimento e estagnação económicos.

Com efeito, excepção feita às grandes obras públicas já adjudicadas, a actual situação da economia portuguesa tem generalizado as situações de suspensão e de anulação de procedimentos de contratação no mercado de obras públicas, apenas reservando a realização de despesa para os casos inadiáveis. No entanto, tem-se vindo a assistir a uma maior sensibilização do poder político e social no tocante a trabalhos como os de consolidação, protecção, conservação ou restauro do património já existente, porquanto tomou-se (finalmente) consciência das vantagens e benefícios, sociais e económicos, que a intervenção em sede de património construído protegido acarreta.

A preservação do já existente é assim, actualmente, encarada como uma actividade improtelável, abrindo-se, consequentemente, aos empreiteiros de obras públicas um novo campo de investimento, com garantias de acesso a um maior número de procedimentos de empreitadas de obras públicas (concursos públicos, limitados, por negociação ou mesmo ajustes directos) e com uma maior regula-

*As autorizações concedidas pelo IMOPPI não abrangem, necessária e normalmente, todas as actividades.*

ridade de execução de trabalhos.

A disciplina e autorização do exercício da actividade de empreiteiro de obras públicas e particulares, no que concerne à categoria de património construído protegido, encontra-se atribuída ao Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI), mediante a emissão de certificado de classificação anualmente renovável.

Sucedem porém que, as autorizações concedidas pelo IMOPPI não abrangem, necessária e normalmente, todas as actividades.

Efectivamente, nos termos da legislação aplicável, a autorização para o desenvolvimento da actividade, dependente do preenchimento dos requisitos de acesso legais constantes do Decreto-Lei n.º 61/99, de 02 de Março, efectiva-se na categoria ou categorias pretendidas e em subcategorias existentes dentro destas e com limitações ao nível de classes.

Para além dos requisitos genéricos de

acesso à actividade referentes à idoneidade pessoal dos representantes legais das empresas, dos meios técnicos e humanos nesta existentes; para além da sua experiência, volume de negócios e equilíbrio financeiro, existem ainda requisitos específicos em função da categoria, subcategoria e classe de trabalhos pretendida.

No âmbito da execução de trabalhos da 2ª categoria, referente a Património Construído e Protegido e uma vez reunidas as condições genéricas de acesso de que nos temos vindo a ocupar, o IMOPPI aprecia,

# há proteger e restaurar

então, o preenchimento dos requisitos de acesso especiais, designadamente no tocante à qualificação técnica dos seus meios humanos.

Ora, facilmente se compreende que o legislador tenha imposto o preenchimento, nesta categoria, de apertados requisitos técnicos, porquanto as operações de manutenção, conservação, restauro e reabilitação de construções existentes – designadamente monumentos ou edifícios de interesse histórico e cultural pertencentes ao património arquitectónico do país – envolvem trabalhos especialmente complexos que exigem a colaboração de técnicos de diversos perfis, porquanto só assim se asseguram especiais rigor e responsabilidade na concepção das soluções e na respectiva execução.

A lei exige assim, para o acesso a esta categoria, a capacitação técnica das empresas por apelo à qualificação dos seus recursos humanos e os empresários procuram contratar os técnicos mais habilitados. Todavia várias dificuldades se lhes deparam em face do regime legal, sobretudo nesta área do património edificado.

Efectivamente, apenas se estabelece um princípio de correspondência entre as autorizações pretendidas e a qualificação técnica dos meios humanos, fixando um quadro mínimo de pessoal, composto de

*De entre dos mais de 15 cursos de habilitação universitária em engenharias, qual o que forma o engenheiro mais adequado?*

engenheiros, engenheiros técnicos, encarregados e operários, cujo número varia em função de cada uma das nove classes ou valores das autorizações existentes em cada subcategoria.

Sucede porém que dúvidas subsistem, porquanto a lei usa conceitos imprecisos a propósito da qualificação e a especialização concreta dos profissionais que a empresa terá que possuir nos seus quadros. De entre dos mais de 15 cursos de habilitação universitária em engenharias, qual o que forma o engenheiro mais adequado?

Quer-nos parecer que apesar deste significativo número de cursos, em nenhum deles são fornecidos conhecimentos especializados na área da conservação e restauro de património edificado, suficientes para suportar a capacidade técnica exigida, pelo que, para o preenchimento dos requisitos legais, os quadros de pessoal devem incluir licenciados em engenharia civil, com especialização e experiência profissional neste domínio.

No tocante à generalidade do pessoal das empresas, incluindo operários, deve ser

tido em consideração que existem actualmente diversos cursos de formação prática em conservação e restauro, bem como cursos de licenciatura em conservação e restauro, designadamente o ministrado pela Universidade Nova de Lisboa, que podem constituir uma mais-valia relevante para a capacidade técnica das empresas neste sector.

No entanto, melhor seria que o legislador por questões de certeza no acesso ao exercício da actividade, nesta área especial, regulasse de forma expressa e pormenorizada as condições de certificação pelo IMOPPI da capacidade técnica das empresas no respeitante aos meios humanos, não onerando ou inviabilizando as empresas com o recrutamento de pessoal inabilitado ou menos adequado às autorizações visadas.

**PEDRO BANDEIRA,**  
Advogado de Alcides Martins & Associados, Sociedade de Advogados.  
Docente universitário.

# Seminário técnico e científico no Mosteiro dos Jerónimos



No passado mês de Maio de 2002 teve lugar no refeitório do Mosteiro dos Jerónimos um seminário técnico e científico sob o tema "Claustro do Mosteiro dos Jerónimos – Projecto de Conservação (1998 – 2002)".



Este seminário abordou o projecto de conservação dedicado ao claustro do mosteiro, que se desenrolou durante os últimos quatro anos.

A Associação World Monuments Fund – Portugal (WMF – P) coordenou este projecto e congregou a contribuição do Estado Português, através do Ministério da Cultura e do IPPAR, e de entidades mecenas portuguesas e internacionais.

O projecto apoiou-se em contributos dos vários ramos do conhecimento, nomeadamente científicos, técnicos e históricos, numa abordagem pluridisciplinar. O seminário consistiu, precisamente, na apresentação dos contributos dados pelos vários especialistas envolvidos.

## Sociedade de Geografia de Lisboa cria secção de Estudos de Olivença

A Assembleia-Geral da Sociedade de Geografia de Lisboa aprovou, recentemente, a criação da secção de Estudos de Olivença. Como fundamento desta decisão, foram aduzidas "razões histórico-institucionais (o facto de já ter existido naquela instituição uma subsecção sobre Olivença), razões geográficas (a inexistência de limites fronteiriços entre Portugal e Espanha naquela zona), histórico-culturais, diplomáticas (Olivença pertence de jure a Portugal) e razões políticas."

Esta decisão foi tomada em resposta a uma petição apresentada por vários membros da associação.

## Grupo dos Amigos de Olivença reforça Boletim

A Direcção do Grupo dos Amigos de Olivença (GAO) decidiu reforçar o seu Boletim.

O *Boletim do Grupo dos Amigos de Olivença*, agora com novo formato, mais páginas e novos conteúdos, tem como objectivo proporcionar aos leitores, um amplo espaço de debate e esclarecimento sobre a questão olivençina. É também objectivo deste projecto servir de eco da opinião dos sócios, seja através de cartas, artigos de opinião ou de pequenos estudos desde que, obviamente, se coadunem com os princípios que orientam a conduta do GAO.



## Europa Nostra

abre candidaturas  
ao Prémio Cultural Heritage

A Europa Nostra foi escolhida pela União Europeia para promover o European Union Prize for Cultural Heritage/Europa Nostra Awards. Este evento tem como objectivo premiar monetariamente projectos específicos de restauro relacionados com monumentos em "perigo".

As candidaturas a este "European Union Prize for Cultural Heritage/Europa Nostra Awards" encerram no próximo dia 1 de Novembro.

Para mais informações por favor contacte o site [www.europanostra.org](http://www.europanostra.org).

Construção em Tijolo Maciço:

## Um Património para o Futuro

A Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa lançou, no passado dia 4 de Julho, o livro *Construção em Tijolo Maciço: Um Património para o Futuro*.

Esta pequena edição teve por base um projecto educativo, patrocinado pelo Programa Sócrates, que levou um grupo de alunos portugueses da EPDRS à Alemanha, em cooperação com a escola Oberstufenzentrum Palmnicken, de Furstenwalde.

Esta obra consiste ainda nos trabalhos realizados pelos alunos do Curso de Mestre de Construção Civil Tradicional da EPDRS, nas suas provas de aptidão profissional (PAP). A edição reúne cerca de 18 PAP's realizadas pelos alunos entre 1996 e 2000, sempre dedicadas à construção tradicional em tijolo maciço. É um documento útil para todos aqueles que se interessam pela construção tradicional. Para mais informações contactar a Escola de Desenvolvimento Rural de Serpa, tel. 284 544 258.

Construção em Tijolo Maciço – Um Património para o Futuro  
Cadernos EPDRS n.º2

152 páginas; fotografias a preto e branco e cores;

Edição da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa, com o apoio do Programa Sócrates e da Comunidade Europeia.

VIDA ASSOCIATIVA

## GECORPA

DISCUTE REABILITAÇÃO DO EDIFICADO



Teve lugar no passado dia 19 de Junho, no Hotel Sheraton, em Lisboa, um jantar, que reuniu o representante da direcção do GECORPA, Eng.º Vítor Córias e Silva, representantes de algumas empresas associadas e também de algumas empresas, que ainda não associadas, mostraram interesse em sê-lo futuramente.

Durante o jantar foi possível dar a conhecer melhor o GECORPA às empresas ainda não associadas. Os representantes destas colocaram ainda algumas questões acerca do funcionamento do grémio, e das vantagens em pertencer à associação, que foram respondidas pelos associados e pelo presidente da direcção.

Tendo decorrido num ambiente informal de troca de impressões, foram ainda debatidas algumas questões relacionadas com o sector da construção e da reabilitação do edificado.

EM SETEMBRO:

## CONSERVAÇÃO DE CONSTRUÇÕES EM MADEIRA

De 10 a 15 de Setembro teve lugar na Noruega um Seminário Internacional dedicado ao restauro dos edifícios de madeira: "Wooden Buildings: Restoration and Craftsmanship", no âmbito do programa Culture 2000.

O Seminário teve lugar dia 12, na cidade de Roros. O programa incluiu ainda uma visita a diversos lugares na Noruega e a diversos exemplos de edifícios de madeira conservados.

PARA MAIS INFORMAÇÕES CONTACTAR:

Elisabeth Seip ([elisabeth.seip@nikuosl.ninamiku.no](mailto:elisabeth.seip@nikuosl.ninamiku.no))

Geir Thomas Risasen ([geir.risasen@nikuosl.ninamiku.no](mailto:geir.risasen@nikuosl.ninamiku.no))

## PAREDES DE ALVENARIA,

SITUAÇÃO ACTUAL E NOVAS TECNOLOGIAS 24 DE OUTUBRO DE 2002, PORTO

Organizado pela Escola de Engenharia da Universidade do Minho e pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, este Seminário é dirigido a engenheiros, arquitectos, industriais do sector e outros profissionais interessados em paredes de alvenaria, designadamente nos aspectos de novos produtos, patologia, execução, projecto ou valorização plástica. A iniciativa contará com a participação do LNEC e de diversos especialistas, envolvendo ainda instituições de ensino superior, empresas e associações ligadas ao sector. No evento serão ainda abordados aspectos ligados à conjuntura actual do mercado e às possibilidades associadas aos novos materiais e produtos, entre outros temas.

### INFORMAÇÕES:

Universidade do Minho  
Departamento de Engenharia Civil  
Azurém  
4800-058 Guimarães  
Tel: +351 253 510 200  
Fax: +351 253 510 217  
e-mail: [alvenaria@civil.uminho.pt](mailto:alvenaria@civil.uminho.pt)  
<http://www.civil.uminho.pt/alvenaria>

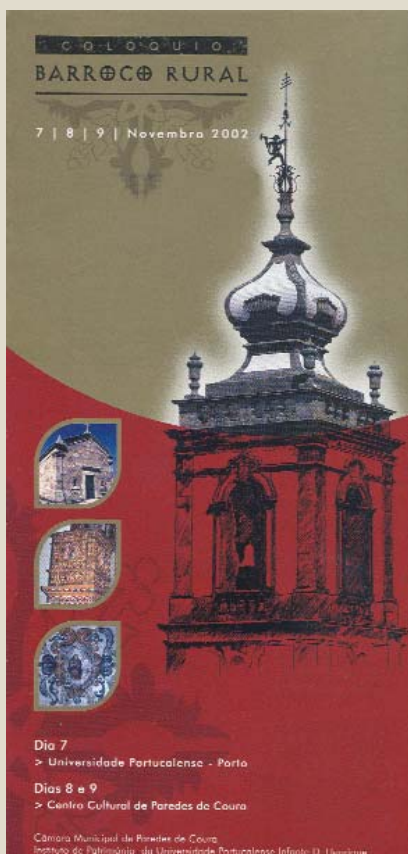
## COLÓQUIO BARROCO RURAL

7, 8, 9 NOVEMBRO DE 2002

Com a organização da Câmara Municipal de Paredes de Coura e do Instituto de Património da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, o certame tem por objectivo estudar o fenómeno do Barroco no mundo rural, quer na sua vertente erudita, quer nas suas expressões mais periféricas e ingénuas. Trata-se de um evento de carácter científico e divulgativo, sendo a primeira vez que o tema, Barroco rural, é objecto de uma discussão deste género.

### INFORMAÇÕES:

Dr.<sup>a</sup> Anabela Guimarães  
Universidade Portucalense Infante D. Henrique  
Rua Dr. Bernardino de Almeida, 541-619  
4200-072 PORTO  
Tel: +351 22 557 2631  
Fax: +351 22 557 2012  
e-mail: anabelag@uportu.pt  
http://www.uportu.pt



## FÓRUM EUROPA NOSTRA EM OUTUBRO

O próximo dia 11 de Outubro fica marcado como sendo o dia do Fórum Europa Nostra.

Este evento a ter lugar em Bruxelas é organizado pela Europa Nostra Belga.

Revalorização das Artes e Ofícios do Património e Intercâmbio de Saberes Tradicionais Além-fronteiras serão os pontos fortes deste Fórum.

Para mais informações contacte Marc Rosiers, um dos responsáveis pelo Europa Nostra Belgium, através do e-mail marc.rosiers@subel.be



## FÓRUM MARVÃO:

ENCONTROS INTERNACIONAIS DO PATRIMÓNIO,  
DO TURISMO E DA ANIMAÇÃO  
27 DE OUTUBRO DE 2002, MARVÃO

Património, turismo e despovoamento e descaracterização dos centros históricos constitui o tema central deste encontro. Organizado pela Câmara Municipal do Marvão, Gabinete da Candidatura a Património Mundial; Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre e Região de Turismo do Norte Alentejano, o Fórum pretende abordar, entre outros tópicos:

- Marvão: uma história de sobrevivência;
- A experiência de recuperação em Monsaraz – obstáculos, problemas e perspectivas;
- A desertificação dos centros históricos;
- Centros históricos e cidade consolidada para uma visão integrada;
- A reabilitação do centro histórico de Guimarães;
- Turismo e centros históricos.

## 13<sup>TH</sup> INTERNACIONAL SYMPOSIUM ON THE CONSERVATION OF HISTORIC TIMBER STRUCTURES

Este Simpósio vai ser realizado entre os dias 25 e 29 de Setembro e terá lugar em Kargopol, no Noroeste da Rússia. O Simpósio inclui excursões à antiga cidade de Kargopol, e também ao Parque Nacional de Kenozero, que conta com mais de 80 importantes monumentos, igrejas e casas senhoriais em madeira.

Este parque foi escolhido como foco do simpósio bienal do International Wood Committee do ICOMOS, porque a delegação da UNESCO em Moscovo, elaborou um projecto de conservação do parque. Esse projecto será apresentado pela UNESCO durante o encontro.

O organização no local é coordenada pela delegação moscovita da UNESCO.

## A máquina com que se suspendeu e tirou da cova de fundição a estátua equestre de D. José I

Quem atravessa a Praça do Comércio e olha, despreocupadamente, para a belíssima estátua equestre de D. José I, talvez nunca se tenha interrogado sobre o que foi necessário empreender até à sua colocação definitiva no local de onde hoje, orgulhosamente, nos contempla.

Quando, em 1771 (aviso de 15 de Julho ao Arsenal do Exército), foi decidido levar a efeito a execução do monumento em memória de D. José I a colocar na Praça do Comércio, já Eugénio dos Santos tinha deixado preparados o projecto e os alicerces, havia pelo menos dez anos.

Foram encarregados desta tarefa, o escultor Joaquim Machado de Castro e o, na altura, Tenente-Coronel Bartolomeu da Costa, sendo o primeiro incumbido de fazer o modelo da estátua, e o segundo, a árdua tarefa da sua fundição em bronze.

Bartolomeu da Costa declarou só "aceitar com gosto" o trabalho se fosse autorizado a fundir a estátua de um só jacto, técnica que já havia sido tentada mas nunca conseguida em objectos de tal dimensão (p. ex. a estátua equestre de Luís XV, em França, a de Frederico V, em Copenhaga, ou de Pedro, *O Grande* em São Petersburgo). Assim, em 15 de Outubro de 1774, uma peça notável de 31,5 palmos de altura (6,93 m) foi fundida com sucesso por Bartolomeu da Costa, tendo para esse fim feito correr cerca de 656,5 quintais de bronze líquido durante sete minutos e 53 segundos. Tirados e pesados todos os "gitos" e outros sobejos, verificou-se que a estátua pesava (pesa) 600 quintais, sendo 500 de bronze e 100 do ferro da carcaça (1



Figura I

quintal = 4 arrobas =  $4 \times 14,688$  kg). Enquanto, ainda dentro da cova, se levavam a cabo os trabalhos finais de cinzelamento posteriores à fundição e que ficariam prontos a 3 de Maio de 1775, o Capitão de Engenharia Reinaldo Manuel dos Santos, Arquitecto das Obras Públicas, foi encarregado de aprontar o carro que havia de transportar a estátua até ao Terreiro do Paço e o sota-patrão-mor da Ribeira das Naus, João dos Santos, responsabilizado pela colocação da mesma sobre o pedestal. Faltava, no entanto, um "pequeno" detalhe: – Quem, e como, se iria tirar a estátua da cova da fundição? Mais uma vez Bartolomeu da Costa é chamado a resolver um problema do qual ninguém parecia ter-se lembrado. A missão, cometida

pelo Marquês de Pombal, só em 1 de Abril de 1775 lhe é transmitida. E foi entre essa data e o dia 20 de Maio do mesmo ano, quando a estátua foi suspensa da cova onde tinha sido fundida e retocada, que Bartolomeu da Costa idealiza ("no espaço de dois dias e uma noite") e executa uma máquina – no fundo, um aparelho de manobra de força – que vai permitir elevar uma peça de 35 000 kg e de a fazer deslocar, executando um movimento em ângulo recto (Figura II), na distância de 84 palmos ( $84 \times 0,22$  m = 18,48 m) para a colocar sobre a zorra de transporte. Para percorrer esta distância demorou-se pouco mais de 12 horas empregando apenas 12 homens, o que foi algo de extraordinário na época. A máquina, representada na Figura III, funciona com base na força aplicada numa alavanca sem apoio fixo. Por cima da cova de fundição, foram postas duas fortes vigas (AA) de pau de arco para servirem de trilho à máquina na primeira parte do trajecto (linha GH da figura II) e outras duas vigas semelhantes para a segunda parte (HE). Sobre as duas primeiras vigas (AA) trabalhava uma forte grade de madeira (BBB) que se deslocava sobre AA apoiada em roletes de ferro (XXX). Sobre esta primeira grade estava outra semelhante (CCC), mas mais comprida e que podia a ela ser fixa ou separada quando necessário – ou seja, quando se atingisse o ponto H (Fig II) e fosse preciso mudar de direcção para fazer o trajecto HE. Esta segunda grade apoiava-se em B também através de roletes de ferro (YYY) semelhantes aos já mencionados



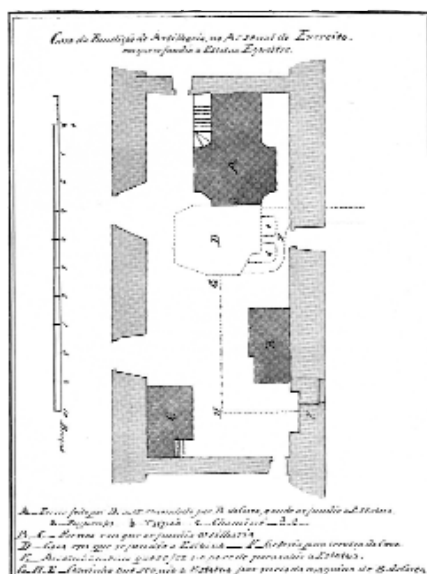


Figura II

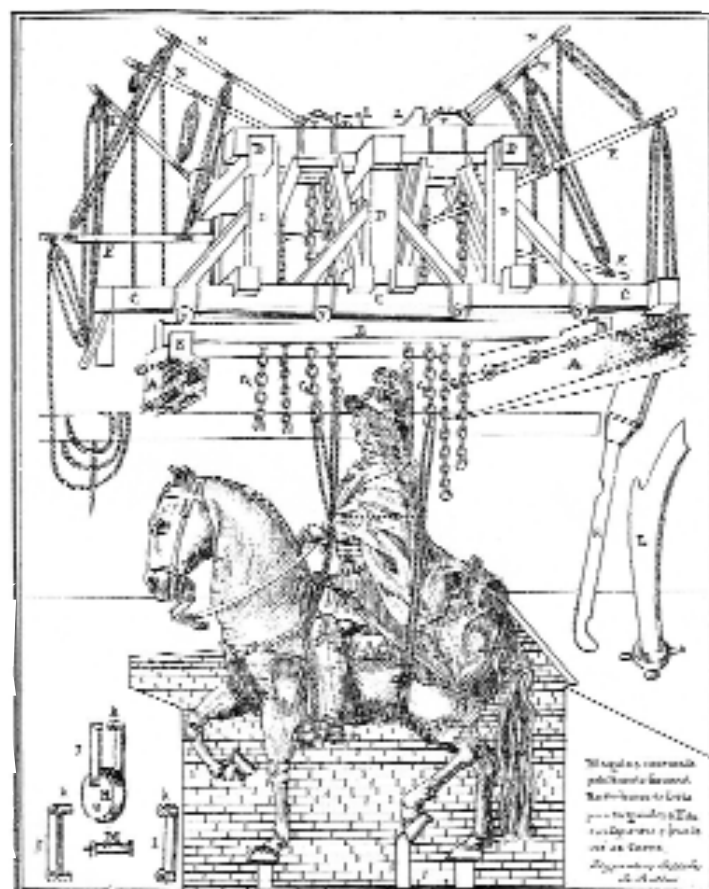


Figura III

atrás (X). Sobre esta segunda grade, uma forte estrutura de madeira (D) que deixava para cada lado um espaço de cerca de 2,5 metros que, assoalhado, permitia que aí trabalhasse o pessoal que operava a máquina.

Sobre esta estrutura estavam apoiados quatro cilindros de bronze (F), dois de cada lado, com 66 cm de diâmetro sobre os quais passavam quatro cadeias, também de bronze (G), que constituíam a parte fundamental da máquina. Estas cadeias eram elaboradas com peças elípticas (H) como se mostra no canto inferior esquerdo da Figura II, que tinham de cada lado uma cavidade onde entravam as cabeças de outras peças designadas fuzis (I) e que as prendiam umas às outras.

As peças elípticas tinham maior grossura que os fuzis, de modo que estes não assentavam nos rolos (F) quando as cadeias eram postas em movimento com uma alavanca de ferro (E), que era introduzida pela parte exterior da máquina de modo a

passar pelo vão deixado pela peça elíptica entre dois fuzis, e novamente em espaço semelhante na cadeia, depois de ela ter feito uma passagem sobre o cilindro F, pendendo para o interior da máquina.

Ficava assim a alavanca (uma para cada uma das cadeias) apoiada sobre uma peça elíptica, e a sua extremidade por baixo de outra dessas peças o que permitia que, quando nela se aplicava a força, o "fulcro" descesse, obrigando a outra extremidade a subir.

Faltava agora impedir que as cadeias voltassem a descer e, para isso, foram usados "linguetes" (L) – um para cada cadeia (Fig. III) que, apoiados na estrutura por um eixo que lhes permitia oscilar, apresentavam um recorte onde as peças elípticas se encaixavam, ficando assim impedidas de desandar.

Colocadas as alavancas em posição, dada a ordem, eram movidas em simultâneo; no final de cada movimento, um dos operários verificava se os "linguetes" estavam na posição correcta de travamento, as ala-

vancas eram retiradas e colocadas novamente em posição.

Por cada movimento elevatório, a estátua subia 5 polegadas (5x2,54 cm=12,7 cm). Refira-se, como curiosidade, que a estátua depois de ter sido elevada 24 palmos (5,28 metros), esteve suspensa durante hora e meia aguardando que o Marquês de Pombal viesse assistir à parte final da operação.

Fica assim, resumidamente, descrita uma máquina que foi uma das muitas criações do Tenente-General Bartolomeu da Costa.

Seria talvez exagero apelidá-lo de "Leonardo da Vinci português" mas merece francamente a pena estudar as suas fascinantes actividades de onde sobressai a sua enorme capacidade inventiva, sempre baseada na simplicidade de métodos e na economia de recursos.

**CORONEL RIBEIRO DE FARIA**  
- Director do Museu Militar.



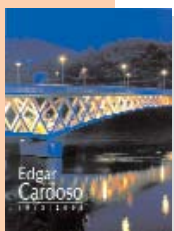
### Património: Balanço e Perspectivas (2000-2006)

Coordenação: Luís Ferreira Calado, Paulo Pereira e Joaquim Passos Leite

Lisboa, Ippar, 2000, pp. 331.

Na sequência de um outro estudo previamente realizado pelo Ippar, em 1997, intitulado, *Intervenções no Património. 1995-2000*. Nova Política, surge este novo estudo que pretende fazer o balanço dos trabalhos realizados entre 1996 e 1999, dando conta das metas atingidas. Também nos é apresentado o plano de trabalhos para o período compreendido entre 2000 e 2006, conjugando o que se fez, como se fez e por que se fez com as perspectivas para os próximos anos.

Preço: 12,47 euros – Código: IP.E.1



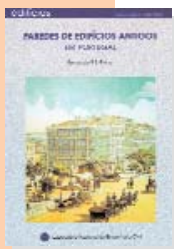
### Edgar Cardoso 1913-2000

Edição: Fundação Edgar Cardoso e Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura.

De entre as obras de Engenharia Civil, as pontes ocupam um lugar à parte no imaginário colectivo: elas vencem os abismos e o efeito da gravidade que é um dos mais básicos que o ser vivo reconhece e, simultaneamente, são infra-estruturas de grande utilidade pública ao facilitarem a circulação de bens e pessoas.

Este livro é um tributo a Edgar Cardoso, considerado o nosso "Engenheiro das Pontes" e ao seu trabalho.

Preço: 28,50 euros – Código: ISTE.2



### Paredes de Edifícios Antigos em Portugal

Fernando F. S. Pinho

Lisboa, LNEC, 2000, pp. 317.

A presente publicação, dividida em quatro partes, aborda as técnicas construtivas da generalidade das paredes de edifícios antigos de habitação em Portugal, a partir de meados do século XVIII, tendo-se, para o efeito, procedido a pesquisa bibliográfica e à visita a diversos edifícios com a correspondente recolha de imagens. Tendo em vista o enquadramento legal do tema, referem-se alguns dos principais diplomas regulamentares aplicáveis à actividade construtiva em Portugal desde o final do século XIX. O estudo é finalizado com a análise de 340 processos de obras consultados em três câmaras municipais.

Preço: 47,39 euros – Código: LNE.5



### O CD-ROM Património Metropolitano

Inventário Geo-referenciado do Património da Área Metropolitana de Lisboa propõe um registo do património edificado e arqueológico, para a sua divulgação junto dos municípios, das escolas, dos visitantes e do cidadão em geral.

Peça o seu CD-ROM *Património Metropolitano* à Área Metropolitana de Lisboa, sem qualquer custo, para:

Rua Carlos Mayer, n.º 2 – R/C

1700-102 Lisboa



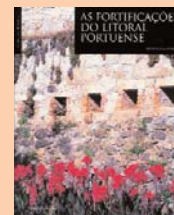
### Historical Constructions 2001

Coordenação e Edição: Paulo B. Lourenço e Pere Roca

Guimarães, 2001, pp.1200, edição integralmente em inglês.

Reúnem-se as comunicações do III Seminário sobre Construções Históricas, realizado em Guimarães, em Novembro de 2001. Inclui dez comunicações de oradores convidados, com o estado de conhecimento actual, e mais de 100 comunicações nacionais e internacionais sobre os temas: Aspectos Históricos e Metodologia Geral; Materiais de Construção; Técnicas de Inspeção e de Experimentação; Técnicas de Análise; Estruturas Históricas de Madeira; Comportamento e Reforço Sísmico; Técnicas de Consolidação e Reforço; Casos de Estudo. A obra é dirigida a engenheiros, arquitectos e outros técnicos interessados na conservação, reabilitação e restauro de construções antigas, representando uma contribuição valiosa para a resolução dos desafios associados às intervenções no património construído.

Preço: 70 euros – Código: PL.A.1



### As Fortificações do Litoral Portuense

autor: Mário Jorge Barroca

Edições INAPA 2001

Excelente obra sobre três emblemáticas fortificações do litoral portuense. O autor desenvolve o contexto histórico e cultural que acompanhou a construção destes magníficos exemplares da arquitectura militar portuguesa, a sua evolução no contexto urbano ao longo dos tempos.

Preço: 62,85 euros – Código: INA.E.1



### Programa de Recuperação dos Castelos

IPPAR

s/d

Trata-se de um documento preparatório da proposta ao III QCA, realizada pelo IPPAR, no âmbito do Programa de Recuperação de Castelos, a ter lugar entre o ano 2000 e 2006.

Preço 2,49 euros – Código: IP.DOC.1



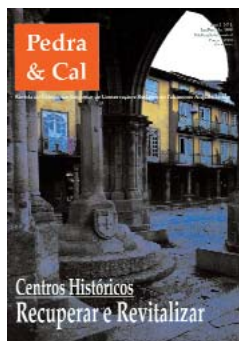
### As Pontes do Porto

Editora Civilização como apoio da Porto 2001  
Paulo Jorge de Sousa Cruz e José Manuel Lopes Cordeiro são os autores do Livro *As Pontes do Porto*.

O título diz tudo. Ao longo das várias páginas que constituem esta publicação as Pontes do Porto são analisadas por dois especialistas, com o Porto no coração.  
Preço: 44,99 euros – Código: CIV.E.1



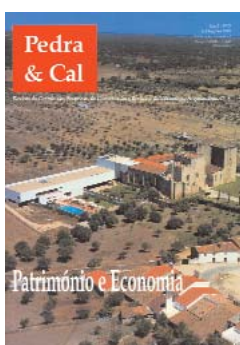
N° 0, Out/Nov/Dez 1998  
Tema de Capa:  
Prática da Conservação e Restauro do Património  
Preço: 3,74 euros  
Código: P&C.0 – esgotado



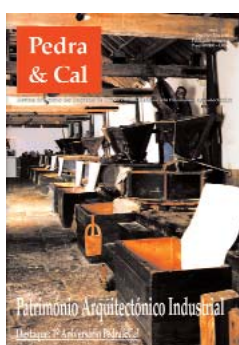
N°1, Jan/Fev/Mar 1999  
Tema de Capa:  
Centros Históricos – Recuperar e Revitalizar  
Preço: 3,74 euros  
Código: P&C.1 – esgotado



N°2, Abr/Mai/Jun 1999  
Tema de Capa:  
Reabilitação Urbana. Lisboa é um laboratório.  
Preço: 3,74 euros  
Código: P&C.2 – esgotado



N°3, Jul/Ago/Set 1999  
Tema de Capa:  
Património e Economia  
Preço: 3,74 euros  
Código: P&C.3



N°4, Out/Nov/Dez 1999  
Tema de Capa:  
Património Arquitectónico Industrial  
Preço: 4,48 euros  
Código: P&C.4



N°5, Jan/Fev/Mar 2000  
Tema de Capa:  
Qualificação Profissional e Património Arquitectónico  
Preço: 4,48 euros  
Código: P&C.5 – esgotado



N°6, Abr/Mai/Jun 2000  
Tema de Capa:  
Arqueologia Urbana  
Preço: 4,48 euros  
Código: P&C.6



N°7, Jul/Ago/Set 2000  
Tema de Capa:  
Património Cultural e Natural  
Preço: 4,48 euros  
Código: P&C.7

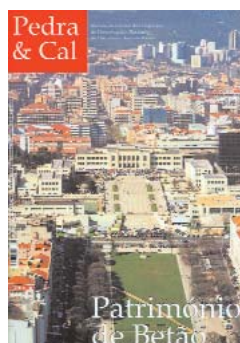


N°8, Out/Nov/Dez 2000  
Tema de Capa:  
Sismos e Património Arquitectónico  
Preço: 4,48 euros  
Código: P&C.8

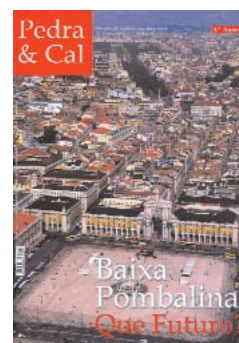




N°9, Jan/Fev/Mar 2001  
Tema de Capa:  
Salvaguarda de Revestimentos  
Arquitectónicos  
Preço: 4,48 euros  
Código: P&C.9



N°10, Abr/Mai/Jun 2001  
Tema de Capa:  
Património de Betão  
Preço: 4,48 euros  
Código: P&C.10



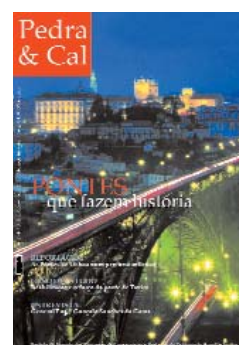
N°11, Jul/Ago/Set 2001  
Tema de Capa:  
Baixa Pombalina: Que Futuro?  
Preço: 4,48 euros  
Código: P&C.11



N°12, Out/Nov/Dez 2001  
Tema de Capa:  
Intervenções em Museus  
Preço: 4,48 euros  
Código: P&C.12



N°13, Jan/Fev/Mar 2002  
Tema de Capa:  
Intervenções em Monumentos  
de Pedra  
Preço: 4,48 euros  
Código: P&C.13



N°14, Abril/Mai/Jun 2002  
Tema de Capa:  
Pontes que fazem história  
Preço: 4,48 euros  
Código: P&C.14

## Nota de Encomenda

Nome		Endereço			
Código Postal	Localidade	Telefone		Fax	
N.º Contribuinte		e-mail			
Associado do GECOIPA (10% de desconto) <input type="checkbox"/>		Actividade / Profissão			
Assinante da "Pedra&Cal" (10% de desconto) <input type="checkbox"/>					

Código	Título	Preço Unitário	Desconto (*)	Quantidade	Valor (**)

Total: \_\_\_\_\_ euros

Junto cheque nº _____	sobre o banco	no valor de _____ euros, à ordem do GECOIPA
Data _____	Assinatura _____	

(\*) Os associados do GECOIPA ou assinantes da Revista têm direito a 10% de desconto sobre o valor de cada obra encomendada. Os descontos não são acumuláveis, nem aplicáveis aos números da *Pedra&Cal* já publicados.  
 (\*\*\*) Ao valor de cada livro deverão ser acrescentados 2,49 euros para portes de correio. Quando a encomenda ultrapasse as duas obras, os portes de correio fixam-se nos 4,99 euros. Quanto aos números da *Pedra&Cal* já publicados, são acrescentados de 0,90 euros por exemplar, para portes de correio.  
 FORMA DE PAGAMENTO: o pagamento deverá ser efectuado através de cheque à ordem de GECOIPA, enviado juntamente com a nota de encomenda para Rua Pedro Nunes, 27, 1.º Esqº, 1050-170 Lisboa.

Consulte a Livraria Virtual do GECOIPA em  
[www.gecorpa.pt](http://www.gecorpa.pt)  
 onde poderá encontrar estes e outros livros

## Grupo I Projecto, fiscalização e consultoria

### A. da Costa Lima, Fernando Ho, Francisco Lobo e Pedro Araújo – Arquitectos Associados, Ld.<sup>a</sup>

R. de S. Paulo, n.º 202 – 2.º  
1200 – 429 Lisboa  
Tel.: 213 432 868  
Fax.: 213 259 553  
E-mail: loggia@mail.telepac.pt  
Responsável: Arq.º Francisco Lobo  
Actividade: Projectos de conservação  
e restauro do património arquitectónico,  
projectos de reabilitação, recuperação  
e renovação de construções antigas,  
estudos especiais.

### Desarcon, Ld.<sup>a</sup>

R. Borda D'Água da Asseca, n.º 9  
8800 – 325 Tavira  
Tel.: 281 322 404  
Fax: 281 322 336  
E-mail: mertens@mail.telepac.pt  
Responsável: Arq.º Miguel Mertens  
Actividade: Projectos de conservação  
e restauro do património arquitectónico  
projectos de reabilitação, recuperação  
e renovação de construções antigas  
fornecedores de levantamentos,  
inspecções e ensaios em P.A. e C.A..

### Cariátides – Produção de Projectos e Eventos Culturais, Ld.<sup>a</sup>

R. das Flores, n.º 69, sala 4  
4050 – 265 Porto  
Tel.: 223 326 105  
Fax: 223 393 537  
Responsável: Dr.ª Gabriela Casella,  
Dr.ª Maria Providência  
Actividade: Produção e projectos de eventos cul-  
turais, projectos de reabilitação,  
conservação e restauro do património  
arquitectónico e construções antigas.

### ETECLDA – Escritório Técnico de Engenharia Civil, Ld.<sup>a</sup>

Rua Júlio Dinis, n.º 911 – 6.º E  
4050-327 Porto  
Tel.: 226 007 107  
Fax: 226 095 553  
E-mail: bb@etec.pt  
Responsável: Eng.º Manuel Batista Barros

Actividade: Fiscalização de obras e projectos, ges-  
tão e coordenação de empreendimentos.

### MC Arquitectos, Ld.<sup>a</sup>

Praça Príncipe Real, n.º 25 – 3.º  
1250-184 Lisboa  
Tel.: 213 219 950  
Fax: 213 467 995  
E-mail: mcarq@mail.telepac.pt  
Responsável: Arq.º Gastão da Cunha Ferreira  
Actividade: Projectos de arquitectura,  
levantamentos, estudos e diagnóstico.

### Consulmar Açores – Projectistas e Consultores, Ld.<sup>a</sup>

Avenida Infante D. Henrique, Bloco 1-5ºE  
9500-150 Ponta Delgada  
Tel.: 296 62 95 90  
Fax: 296 62 96 68  
E-mail: consulmarazo@mail.telepac.pt  
Responsável: Arq.º Jorge Kol de Carvalho  
Actividade: Projecto, consultoria e fiscalização.

### Enge-Consult – Consultores de Engenharia Civil, Ld.<sup>a</sup>

Avenida de Berna, n.º 5 – 2.º  
1050-036 Lisboa  
Tel.: 217 999 910  
Fax: 217 999 917  
E-mail: engecon@esoterica.pt  
Responsável: Dr.ª Maria Luísa Ribeiro Gomes  
Actividade: Elaboração de projectos  
de estruturas e fundações, na área  
do património construído.

### J.L. Cândia Martins – Projectos de Estruturas, Ld.<sup>a</sup>

Rua General Ferreira Martins, n.º 10 – 3.ºA  
1495-137 Algés  
Tel.: 214 123 010  
Fax: 214 123 011  
E-mail: admin@jlc.m.pt  
Responsável: Eng.º Luís Cândia  
Actividade: Projectos de edifícios  
e pontes e reabilitação estrutural.

### José Lamas e Associados, Estudos de Planeamento e Arquitectura, Ld.<sup>a</sup>

Largo de Santos, n.º 1-1.º Dto.  
1200-808 Lisboa  
Tel: 213 968 484  
Fax: 213 974 946  
E-mail: joselamas@mail.telepac.pt

Responsável: Arq.º José Lamas  
Actividade: Projecto de arquitectura  
e engenharia e estudos de planeamento.

### Humberto Vieira Arquitecto, Ld.<sup>a</sup>

Rua Joaquim Kopke, n.º 113, r/c Dto.  
4200-346 Porto  
Tel.: 225 021 105  
Fax: 225 089 022  
E-mail: humbertovieira.arc@clix.pt  
Responsável: Arq.º Humberto Vieira  
Actividade: Projectos e consultoria  
na área da conservação e restauro  
do património construído.

### LEB – Consultoria em Betões e Estruturas, Ld.<sup>a</sup>

Rotunda das Palmeiras  
Edifício Cascais Office, 1.º piso, sala I  
2645-091 Alcáideche  
Tel.: 210 331 125/6  
Fax: 210 331 127  
E-mail: thomazripper@mail.telepac.pt  
Responsável: Eng.º Thomaz Ripper  
Actividade: Projecto, consultoria  
e fiscalização na área da reabilitação  
do património construído.

### João Castro – Arquitecto

Rua Godinho de Faria, n.º 165 – 2.º E/T  
4465 S. Mamede de Infesta  
Tel: 229 028 255  
Fax: 229 028 255  
Responsável: Arq.º João Castro  
Actividade: Projectos de conservação  
e reabilitação, recuperação e renovação  
de construções antigas. Estudos especiais.

## Grupo II Levantamentos, inspecções e ensaios

### OZ – Diagnóstico, Levantamento e Controlo de Qualidade de Estruturas e Fundações, Ld.<sup>a</sup>

Rua Pedro Nunes, n.º 45 – 1.º E  
1050-170 Lisboa  
Tel.: 213 563 371  
Fax: 213 153 550  
E-mail: oz-diag@mail.telepac.pt  
Site: www.oz-diagnostico.pt  
Responsável: Eng.º Carlos Garrido Mesquita  
Actividade: Levantamentos, inspecções  
e ensaios não destrutivos, estudo e diagnóstico.

**ERA – Arqueologia – Conservação e Gestão do Património, S.A.**

Calçada da Picheleira, n.º 46-E  
1900-372 Lisboa  
Tel.: 218 461 175  
Fax: 218 461 342  
Responsáveis: Dr. Pedro Simões Braga,  
Dr. Miguel Lago  
Actividade: Conservação e restauro de estruturas  
arqueológicas e do património arquitectónico,  
inspecções e ensaios, levantamentos.

**Grupo III  
Execução dos trabalhos  
Empreiteiros e Subempreiteiros**

**STAP – Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.**

Rua Marquês de Fronteira, n.º 8 - 3º D  
1070-296 Lisboa  
Tel.: 213 712 580  
Fax: 213 854 980  
E-mail: stap@mail.telepac.pt  
Site: www.stap.pt  
Responsável: Eng.º José Paulo Costa  
Actividade: Reabilitação de estruturas  
de betão, consolidação de fundações,  
consolidação estrutural.

**Edicon – Construções Cívicas e Obras Públicas, Ld.ª**

Rua do Poder Local, 2 s/1 Dtº  
1675-156 Pontinha  
Tel.: 214 782 417  
Fax: 214 782 468  
Responsável: Sr. Carlos Batista  
Actividade: Consolidação estrutural,  
reparações de coberturas, impermeabilizações.

**Quinagre, Construções, S.A.**

Rua Hermano Neves, n.º 22 - 4º A  
1600-477 Lisboa  
Tel.: 217 567 570  
Fax: 217 567 579  
E-mail: quinagre@quinagre.pt  
Responsável: Eng.º Joaquim Quintas  
Actividade: Construção de edifícios,  
reabilitação, consolidação estrutural.

**CVF – Construtora de Vila Franca, Ld.ª**

Estrada Nacional n.º 10, k/ 137,52  
2695 STº. Iria de Azóia

Tel.: 219 533 230  
Fax: 219 533 239  
E-mail: cvfconstrutora@mail.telepac.pt  
Responsável: Sr. Álvaro Reis Pereira  
Actividade: Conservação de rebocos  
e estuques, consolidação estrutural,  
carpintarias, reparação de coberturas.

**L.N. Ribeiro Construções, Ld.ª**

Rua Paulo Renato, n.º 3 r/c C/D  
2795-147 Linda-a-Velha  
Tel.: 214 153 520  
Fax: 214 153 528  
Responsável: Eng.º Luís Ribeiro  
Actividade: Construção e reabilitação  
de edifícios, consolidação de fundações.

**José Neto & Filhos, Ld.ª**

Rua Industrial de Loulé – Lote 27  
8100-272 Loulé  
Tel.: 289 41 09 60  
Fax: 289 41 09 79  
E-mail: Netos@mail.telepac.pt  
Responsável: Eng.º José Carlos Neto  
Actividade: Construção de edifícios,  
conservação e restauro de rebocos  
e estuques, carpintarias.

**Monumenta – Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Ld.ª**

Rua Pedro Nunes, n.º 27 – 1º D  
1050-170 Lisboa  
Tel.: 213 593 361  
Fax: 213 153 659  
E-mail: info@monumenta.pt  
Responsável: Eng.º João Varandas  
Actividade: Conservação e reabilitação  
de edifícios, consolidação estrutural,  
conservação de cantarias e alvenarias.

**Lourenço, Simões & Reis, Ld.ª**

Rua Luciano Cordeiro, n.º 49 - 1º  
1169-135 Lisboa  
Tel.: 213 542 137  
Fax: 213 570 001  
E-mail: lsrlisboa@mail.telepac.pt  
Responsável: Eng. Carlos Manuel Granate  
Actividade: Consolidação estrutural.

**Brera – Sociedade de Construções e Representações, Ld.ª**

Rua Miguel Torga, 2C – escritório 4.6 – Alfragide  
2720-292 Amadora

Tel.: 214 725 470  
Fax: 214 725 471  
E-mail: info@brera.pt  
Responsáveis: Eng.º Amílcar Beringuilho  
e Sr. Paulo Raimundo  
Actividade: Construção,  
conservação reabilitação de edifícios.

**Arnaldo Moisão – Dourador, Pinturas e Decorações, Ld.ª**

Rua Borges Carneiro, n.º 42 c/v  
1200-016 Lisboa  
Tel.: 219 834 893  
Fax: 213 979 049  
Responsável: Sr. Rui Moisão  
Actividade: Conservação e restauro  
de talha dourada e pintura mural.

**Poliobra – Construções Cívicas, Ld.ª**

Rua Afonso de Albuquerque, n.º 8 B  
Serra do Casal de Cambra  
2605-192 Belas  
Tel.: 219 809 770  
Fax: 219 809 779  
E-mail: poliobra@mail.telepac.pt  
Responsável: Eng.º Vítor António Farinha  
Actividade: Construção e reabilitação  
de edifícios, serralharias e pinturas.

**Junqueira 220 – Sociedade de Conservação, Restauro e Arte, Ld.ª**

Rua da Junqueira, n.º 220  
1300-346 Lisboa  
Tel.: 213 639 163  
Fax: 213 633 803 ou 213 627 840  
Responsável: Sr. Luís Figueira  
Actividade: Conservação  
e restauro de pinturas e talha dourada.

**A. Ludgero Castro, Ld.ª**

Rua Recarei, n.º 860  
4465-727 Leça do Balio  
Tel.: 229 511 116  
Fax: 229 517 517  
E-mail: alcporto@mail.telepac.pt  
Responsável: Dr. Paulo Ludgero Castro  
Actividade: Consolidação estrutural,  
construção e reabilitação de edifícios,  
conservação e restauro de pintura mural.

**Listorres – Sociedade de Construção Civil e Comércio, Ld.ª**

Rua Brigadeiro Lino Dias Valente, n.º 8



2330-103 Entroncamento

Tel.: 249 72 00 30

Fax: 249 72 00 39

E-mail: mope96179@mail.telepac.pt

Responsável: Prof. Vasco Duarte

Actividade: Construção e reabilitação de edifícios.

## **Certar - Sociedade de Construções, S.A.**

Rua Filipe Folque, n.º 7-1ºD

1050-110 Lisboa

Tel.: 213 522 849

Fax: 213 523 177

E-mail: certar@mail.telepac.pt

Responsável: Eng.º Fernando Llach Correia

Actividade: Conservação e reabilitação de edifícios.

## **MIU - Gabinete Técnico de Engenharia, Ld.ª**

Rua do Vale de Santo António, n.º 46 - 2º Dto

1170-381 Lisboa

Tel.: 218 161 620

Fax: 218 161 629

E-mail: miu.lda@mail.telepac.pt

Responsável: Eng.º Artur Correia da Silva

Actividade: Construção, conservação e reabilitação de edifícios, conservação de rebocos e estuques, pinturas.

## **Ocre - Sociedade Comercial de Arte e Restauro, Ld.ª**

Travessa da Pereira, n.º 16 A, letra F-C

1170-313 Lisboa

Tel.: 218 881 108

Fax: 218 881 087

E-mail: ocre@mail.telepac.pt

Responsável: Dr.ª Nazaré Tojal

Actividade: Conservação e restauro de pintura de cavalete, pintura mural, talha dourada e escultura policromada, levantamentos e diagnóstico.

## **Augusto de Oliveira Ferreira & C.ª, Ld.ª**

Largo João Penha, n.º 356 - 1º D

4710-245 Braga

Tel.: 253 26 36 14

Fax: 253 61 86 16

E-mail: aoferreira@net.pt

Responsável: Dr.ª Maria José Carrilho

Actividade: Conservação reabilitação de edifícios, cantarias e alvenarias. Pinturas, carpintarias.

## **Pintanova - Pinturas na Construção Civil, Ld.ª**

Rua Amílcar Cabral, n.º 21 B

1750-018 Lisboa

Tel.: 217 572 856

Fax: 217 577 4 72

E-mail: np45se@mail.telepac.pt

Responsável: Sr. Vasco Paulino

Actividade: Conservação e restauro de rebocos, estuques e cantarias, pinturas.

## **Rodrigues, Cardoso & Sousa, SA.**

Portela do Gove - Gove

4640 Baião

Tel.: 255 55 13 15

Fax: 255 55 17 23

E-mail: rcs-construcoes@hotmail.com

Responsável: Sr. Joaquim da Silva Sousa

Actividade: Construção, conservação e reabilitação de edifícios.

## **Somafre - Construções, Ld.ª**

Rua Manuel Rodrigues da Silva, n.º 7C - esc.6

1600-503 Lisboa

Tel.: 217 112 370

Fax: 217 112 389

E-mail: mail@somafre.pt

Responsável: Eng.º Carlos Freire

Actividade: Construção, conservação e reabilitação de edifícios, serralharias, carpintarias, pinturas.

## **Cruzeta - Escultura e Cantarias, Restauro, Ld.ª**

Rua da República da Bolívia, n.º 97 - 4º Dto

1500-545 Lisboa

Tel.: 217 150 370

Fax: 219 824 188

E-mail: cruzeta.restauro@oninet.pt

Responsável: Sr. Eduardo Roberto Morezo

Telemóvel: 967 094 130

Actividade: Conservação e reabilitação de construções antigas, limpeza e restauro de cantarias, alvenarias e estruturas.

## **Gilberto Ferreira "Arte Sacra"**

Rua do Amorim, n.º 47

9500-020 Ponta Delgada

Tel.: 296 65 29 49

Fax: 296 65 42 04

E-mail: artesacra@clix.pt

Responsável: Sr. Gilberto Ferreira

Actividade: Conservação e restauro de talha dourada, pintura mural, rebocos e estuques.

## **Ensul - Empreendimentos Norte Sul, SA**

Rua do Facho, n.º 26

2829-509 Monte da Caparica

Tel.: 212 558 900

Fax: 212 558 976

E-mail: ensul@ensul.meci.pt

Responsável: Eng.º Pedro Araújo

Actividade: Construção de edifícios, conservação e reabilitação de construções antigas, carpintarias.

## **DST - Domingos da Silva Teixeira, SA**

Lugar de Pitancinhos Palmeira

4703-767 Braga

Tel.: 253 307 200/1

Telemóvel: 965 989 300

Fax: 253 307 210

E-mail: dst@mail.telepac.pt

Responsável: Eng.º José Teixeira

Actividade: Construção e conservação de edifícios, infra-estruturas, arranjos exteriores.

## **COPC - Construção Civil, Ld.ª**

Rua Cidade de Bafatá, n.º 18

1800-060 Lisboa

Tel.: 218 537 122

Fax: 218 537 162

E-mail: copc.ccivil@mail.telepac.pt

Responsável: Eng.º Carlos Oliveira

Actividade: Construção de edifícios, conservação e reabilitação de construções antigas, recuperação e consolidação estrutural.

## **AMADOR, Ld.ª**

Avenida das Escolas, n.º 29

2520-204 Peniche

Tel.: 262 78 29 64

Fax: 262 78 18 73

E-mail: sede@amadorlda.pt

Site: www.amadorlda.pt

Responsável: Eng.ª Catarina Amador Rêgo

Actividade: Conservação, restauro e reabilitação do património construído e instalações especiais.

## **Sociedade de Construções José Moreira, Ld.ª**

Avenida Manuel Alpedrinha, n.º 15

Reboleira

2720-352 Amadora

Tel.: 214 998 650

Fax: 214 959 780

E-mail: scjm@teleweb.pt

Responsável: Eng.º José Moreira dos Santos

Actividade: Execução de trabalhos

especializados na área do património construído e instalações especiais.

**Azularte, Ld.<sup>a</sup>**

Rua José Santos Pereira, n.º 12 A  
1500-380 Lisboa  
Tel.: 217 741 016  
Fax: 217 789 973  
Responsável: Sr. José Lúcio Antunes  
Actividade: Conservação e restauro de azulejos.

**Alvenobra - Sociedade de Construções, Ld.<sup>a</sup>**

Rua Professor Orlando Ribeiro, n.º 3 - loja A  
1600 - 796 Lisboa  
Tel: 217 584 734  
Fax: 217 584 738  
E-mail: alvenobra@clix.pt  
Responsável: Eng.º Jorge Rodrigues Teixeira  
Actividade: Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.

**ENGIBUILT - Construções, Ld.<sup>a</sup>**

Rua Diamantino Freitas Brás, n.º 24 r/c Dto.  
2615 - 070 Alverca do Ribatejo  
Tel.: 219 582 582  
Fax: 219 577 627  
E-mail: engibuilt@sapo.pt  
Responsáveis: Eng.º José A. Martins  
e Eng. Mário Cunha  
Actividade: Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.

**GALERIA N.E.T., Ld.<sup>a</sup>**

Rua Cândido de Oliveira, n.º 13 -A, Brandoa  
2700 Amadora  
Tel: 214 760 267  
Fax: 214 760 267  
Responsável: Sr. Eduardo da Silva Ramos  
Actividade: Conservação e restauro de dourados em obras de arte, mobiliário antigo, molduras, etc.

**MELIOBRA - Construção Civil e Obras Públicas, Ld.<sup>a</sup>**

Rua das Fontainhas, n.º 33-C  
2700-391 Amadora  
Tel.: 214 759 000  
Fax: 214 753 010  
E-mail: coelhp@edifer.pt  
Responsável: Sr. José Pedro Pires Coelho  
Actividade: Construção, conservação e reabilitação de edifícios.

**GECOLIX - Gabinete de Estudos e Construções, Lda.**

Estrada Nacional, n.º 13  
Casal Prioste  
2070 - 624 Cartaxo  
Tel.: 243 770 045  
Fax: 243 770 098  
E-mail: gecolix@iol.pt  
Responsável: Dr. Carlos Abel Silva Damas  
Actividade: Conservação e restauro do património arquitectónico, reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas, instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.

**Coala - Comércio de Produtos de Isolamento e Revestimento para a Construção Civil, S.A.**

Rua Padre Joaquim das Neves, n.º 1221  
4435 - 374 Rio Tinto  
Tel.: 224 809 867  
Fax: 224 809 869  
E-mail: coala@ip.pt  
Responsável: Eng.º Nuno Guimarães  
Actividade: Reabilitação de edifícios, impermeabilizações, isolamentos e restauros.

**Grupo IV  
Fabrico e/ou distribuição de  
produtos e materiais**

**BLEU LINE - Conservação**

**e Restauro de Obras de Arte, Ld.<sup>a</sup>**  
Rua do Alecrim, n.º 111 - 1º Esq  
1200-016 Lisboa  
Tel.: 213 224 461  
Fax: 213 224 469  
E-mail: bleuline@mail.artecom.pt  
Responsável: Dr. José Luís Marques Pereira  
Actividade: Materiais para intervenções de conservação e restauro em construções antigas, conservação de cantarias.

**Optiroc Portugal, Cimentos e Argamassas, Ld.<sup>a</sup>**

Zona Industrial de Ourém  
2435-661 Seça  
Tel: 249 540 190  
Fax: 249 540 199  
E-mail: optiroc@optiroc.pt  
Responsável: Eng.º Rui Vieira  
Actividade: Produção e comercialização de argamassas de colagem e revestimento.

**Tecnocrete - Materiais e Tecnologias de Reabilitação Estrutural, Ld.<sup>a</sup>**

Rua 25 de Abril, n.º 4 - 2º  
2795-580 Carnaxide  
Tel.: 214 246 160  
Fax: 214 161 198  
Responsável: Eng.º Brazão Farinha  
Actividade: Produção e comercialização de materiais para construção.

*Para mais informações acerca dos associados GE-CoRPA, e as suas actividades, visite a rubrica "associados" no nosso site em [www.gecorpa.pt](http://www.gecorpa.pt)*

# Património em perigo



Fig. 1 e 2: Palácio de Valflores, em Santa Iria de Azóia.

Desde os primeiros números da **Pedra & Cal** tem sido chamada a atenção nesta coluna para casos significativos do que se considera ser "património em perigo". Apesar do muito que tem sido feito ou que se está a fazer para acudir a essas situações, os casos apontados mais não pretendem ser do que uma pequena amostra do muitíssimo que falta ainda fazer no campo do restauro ou da reabilitação para que o país possa estar bem com o riquíssimo património construído que possuímos. Deixando por agora de fora as situações que afectam os tecidos residenciais das nossas cidades – tema que, pela sua extensão e gravidade tem sido recorrente nestas páginas – pareceu interessante tentar averiguar o que nos dois ou três anos transcorridos se terá passado relativamente aos casos singulares que foram sendo apontados. Relembrando sucessivamente tais casos, faz-se um apelo a

quem puder deles dar notícia, fazendo chegar à revista informações que possam acerca da evolução de cada uma dessas situações.

1. Palácio de Valflores, em Santa Iria de Azóia, nos arredores de Lisboa (n.º 3/Julho 1999). Como mostram as imagens, foi fatal a demora na tomada de medidas de protecção. As grandes chuvadas de Inverno do ano passado provocaram a derrocada de grande parte da maravilhosa loggia renascentista do palácio. Há uns meses atrás, uma associação local de defesa do património promoveu um encontro no vizinho castelo de Pirescoxe – este felizmente adquirido e salvaguardado pelo Município de Loures – para se debater a situação e encontrar soluções. Mas não foi possível saber de qualquer evolução. Será que a Câmara de Loures ou a aludida associação poderão fornecer informações sobre o assunto?

2. Forte da Graça, em Elvas (n.º 4). Trata-se talvez da nossa mais emblemática fortificação da época moderna, relativamente preservada pelo facto de ter sido utilizada sem interrupção até há poucos anos, sendo depois desactivada. No artigo sugeria-se a instalação no local de um museu das fortificações portuguesas no mundo e apelava-se ao IPPAR, à DGEMN, ao Ministério da Defesa e à Câmara Municipal para que, juntando esforços, dessem corpo à ideia.

3. Casas da Picanceira, no concelho de Mafra (n.º 5). Constituído por uma série extremamente interessante de habitações rurais padronizadas destinada no séc. XIX ao alojamento de trabalhadores açoreanos, este valioso conjunto corre o risco de

uma rápida descaracterização pelo facto de as casas estarem a ser vendidas para segundas residências. No artigo faz-se um apelo à Câmara Municipal de Mafra no sentido de tomar iniciativas, tanto no plano regulamentar como no operacional, para salvaguardar este património único.

4. Conventos de Montemor-o-Novo (n.º 6). A propósito de um ciclo de debates promovido em Outubro de 2000 pelas "Oficinas do Convento", prestimosa associação cultural que tem desenvolvido uma assinalável actividade, chamava-se a atenção para o problema de novos usos a dar aos conventos existentes na cidade. Num destes, o da Saudação, situado no perímetro do castelo, está a funcionar um centro internacional de dança. Desconhecem-se no entanto os resultados de uma acção reiterada que o Município tem desenvolvido no sentido da reabilitação deste valioso património.

5. Palácio da Rosa, em Lisboa (n.º 10). A propósito da cedência pela Câmara Municipal deste importante edifício a uma empresa hoteleira, chamava-se a atenção para a necessidade de obter garantias relativas à preservação do carácter arquitectónico do imóvel e da fruição pública de um património singular. Não tendo sido publicadas informações acerca do desenvolvimento do processo, e tendo-se verificado uma importante alteração política na direcção do Município, seria interessante conhecer as actuais perspectivas relativas a este caso.

**NUNO TEOTÓNIO PEREIRA,**  
Arquitecto.